

## Entre o Indivíduo e a Sociedade<sup>1</sup>

(Ignácio Martín-Baró)

### I QUE ESTUDA A PSICOLOGIA SOCIAL?

A julgar pelo número massivo de edições lançadas ao mercado nestes últimos anos, as obras de Psicologia têm gozado de grande popularidade e aceitação. Cabe duvidar, todavia, se este processo de difusão produziu um melhor conhecimento das pessoas sobre si mesmas e sobre os demais; o que certamente se produziu foi um enriquecimento de um vocabulário aparentemente esclarecedor para o uso cotidiano e uma consagração das tendências mais individualistas das pessoas como ideais da vida humana. Assim, o indivíduo qualificado antes de idealista será lido hoje como "paranóide", o ato de exigir responsabilidades será qualificado como "uma projeção" e as aspirações egoístas de quem não quer renunciar a seus privilégios serão protegidas sob o guarda-chuva multicolorido das "necessidades de auto-realização".

Com a exceção da chamada "dinâmica de grupos", os estudos de Psicologia Social tiveram menor difusão que as análises sobre a personalidade individual, a sexualidade ou os problemas patológicos. Contudo, ultimamente vimos multiplicar-se a edição de obras que global ou setorialmente se ocupam da Psicologia Social. É óbvio que esta multiplicação responde mais às necessidades competitivas das empresas editoriais do que às necessidades objetivas dos leitores, já que as mesmas proposições se repetem com uma monotonia digna de espanto, e a inovação do desenho editorial pretende suprir a falta de originalidade do pensamento.

Este problema se torna mais notório quando os livros são examinados desde a perspectiva latino-americana. O contraste entre a própria realidade vivida e a realidade apresentada nestes estudos resulta, quando menos, chocante. Fundamentalmente, o mundo descrito pelos psicólogos sociais parece ser outro mundo, outra sociedade. De fato é assim: o mundo apresentado pela maioria dos psicólogos sociais é o mundo dos Estados Unidos, sobretudo o mundo do estudante universitário norte-americano, com seus problemas de identidade sexual e sua capacidade para entrar no jogo de pequenos grupos realizando tarefas sem qualquer sentido.

O leitor latino-americano não pode nada além de sentir que os aspectos mais cruciais de sua própria existência, de sua própria história, não são nem sequer tangencialmente considerados e, muito menos, estudados em profundidade. Sente, assim mesmo, que quando alguns dos próprios problemas são examinados, sofrem um desencarnamento similar à dessexualização com que certos artistas caracterizam os personagens religiosos. São problemas levados à abstração, dos quais foram recortadas as arestas sobressalentes e eliminados os contextos de significação comprometedora.

O grave deste contraste entre a realidade histórica vivida em nossos países e a realidade tal como se apresenta nos textos de Psicologia Social é que parece existir mais coerência no mundo fantasmático dos livros do que no mundo dilacerante da cotidianidade. Trata-se de uma lógica implícita, mas que se alastra (Uma lógica alienante) na medida em que produz a impressão de completar um universo de sentido. Por trás da leitura, o leitor pode inclusive experimentar uma confiança ingênua no conhecimento adquirido. Porém, os esquemas propostos o levam, na maioria das vezes, a aplicar perspectivas assépticas, que impõem camisas de força e barbarismos presunçosos aos fatos, personagens e processos da realidade

<sup>1</sup> Primeiro capítulo do livro *Acción e ideología. Psicología Social desde Centroamérica.* San Salvador: UCA Editores, 1985 (impressão de 2005) Tradução: Marcelo Dalla Vecchia Revisão: Nilson Berenchein Netto. Colaboração na digitação: Fernanda Marcia Azevedo Gomes. Este texto está sendo utilizado exclusivamente para fins didáticos

mas esse mesmo: repetição de ideias e pensamentos  
qual mundo descrito pelos ps?

fonte de pesquisa

1ª Realidade  
2ª Tensão ?

social O mundo destes textos de Psicologia Social é um mundo percebido, ou seja, no qual a realidade cotidiana parece depender mais dos próprios esquemas perceptivos que dos processos objetivos de produção e reprodução social; as pessoas se guiam pelo estímulo de pequenos indicadores estimulantes que observam no ambiente ou nas demais pessoas, e não pelas necessidades fundamentais de conquistar um trabalho, uma <sup>melhor / bom de melhor</sup> tortilhinha e um tecto em uma sociedade opressiva e inóspita; os grupos parecem elaborar suas normas de convivência a fim de que cada qual encontre sua função social em um universo harmonioso, no lugar de suportar os embates de uma estrutura social discriminadora, que impõe pressões e aplica repressões a partir das exigências insaciáveis de quem controla o poder

social  
legitimada

- Isto é a Psicologia Social? Certamente, é uma Psicologia Social, apta para o consumo massivo de estudantes universitários ou "dinâmicos" empresários capitalistas. Por desgraça, para muitos, esta é a Psicologia Social. Em nossa opinião, nem é a única nem é a melhor - ao menos, para nós - e nem, de modo algum, o que-fazer do psicólogo social tem que assumir seus delineamentos.

O problema central da Psicologia Social em uso não está tanto em alguns de seus achados ou em algumas de suas proposições específicas, quanto no enfoque global que adota sobre o objeto de seu estudo. Dito de outra maneira, o problema se encontra mais em seus pressupostos, a maioria das vezes implícitos, que em suas conquistas finais, cuja valorização objetiva só pode ser realizada desde uma perspectiva histórica e não aplicando os mesmos esquemas que os geram. Examinemos esta afirmação de uma forma concreta.

A maioria dos autores de textos de Psicologia Social dedica apenas um ou dois parágrafos para definir a Psicologia Social e prefere precisar seu objeto enumerando os temas que de fato foram estudados e que vão examinar em sua obra (ver, por exemplo, a interessante discussão de Brown, 1972, p 1-5). Esta postura lembra a resposta de Binet à pergunta sobre o que era a inteligência. Embora o criador do primeiro teste contemporâneo tenha dado definições mais eruditas (ver Binet, 1903), diz-se que ele preferia definir a inteligência como "aquilo que meus testes medem". O problema destas definições é que delimitam a realidade pelo conhecido e confundem ideologicamente o factual com o possível. É bem sabido que o conhecimento é parcial, relativo e limitado, que a própria perspectiva determina aquilo que se pode captar. A nenhum astrônomo sensato ocorre afirmar que o universo espacial termina no além, onde terminam os astros e planetas detectados pelos seus telescópios; nem pretendem, tampouco, que astros e planetas não sejam mais que a imagem que deles obtêm através de seus instrumentos de observação. Precisamente a identificação da inteligência com o que é medido pelos testes de inteligência levou à crise atual do conceito de "coeficiente intelectual", e ao questionamento sobre a validade de todos estes tipos de medida (ver Martín-Baró, 1977; Liungman, 1972; Salvat, 1972).

Binet e inteligência

Reduzir a Psicologia Social ao que de fato têm estudado e como vêm estudando os psicólogos sociais significa aceitar que uma ciência é definida por aqueles que vêm dispendo do poder econômico e social para determinar os problemas que deveriam ser estudados e as formas pelas quais deviam ser resolvidos. No presente caso, sabe-se bem que os problemas atuais tratados pelos textos de Psicologia Social são fundamentalmente os problemas que os centros de poder da sociedade norte-americana estabeleceram para seus acadêmicos, e as respostas que os psicólogos sociais norte-americanos têm proporcionado a estes problemas para se firmarem no interior do mundo científico dos Estados Unidos (ver Danziger, 1979). Estas respostas, está claro, são lógicas no contexto deste sistema social e desta estrutura de produção de conhecimento. Contudo, o alcance e o sentido destas perguntas estão determinados pelos interesses da classe que tem o poder para estabelecê-las. Não há que se buscar o problema tanto na lógica

uma  
ntão  
x poder  
x  
mundo

qual nível  
delimita  
qual nível  
se  
estabelece ?

escala de  
valor de  
medida  
a dimensão de  
a dimensão  
espiritual  
2

interna da resposta, quanto no sentido da pergunta; não há que observar tanto se a solução é válida no interior do esquema, quanto se o esquema é historicamente aceitável.

O caso da chamada "dinâmica de grupo", ao qual voltaremos em vários lugares desta obra, é paradigmático (ver Deleule, 1972, sobretudo pp. 104-123). O mesmo nome traduz o engano. Quando se fala de grupo se está entendendo aqui, fundamentalmente, o pequeno grupo (microgrupo), não aos grupos mais amplos e muito menos às classes sociais. Mais ainda, em sua grande maioria o conhecimento existente sobre estes grupos provém não dos pequenos grupos mais importantes e estáveis, como a família, mas de agrupamentos circunstanciais, reuniões de estudantes e homens de negócios tratando de realizar tarefas transcendentais ou de aliviar suas tensões internas. Por outro lado, a dinâmica é entendida fundamentalmente como as forças e os processos que são produzidos no interior do grupo, na interação entre seus membros, como se o pequeno grupo fosse uma entidade fechada e independente do mundo.

Não é que muitos dos processos descritos e analisados pelos pesquisadores da "dinâmica de grupos" necessitem de validade, ao menos parcial, ou que os métodos propostos para o trabalho em pequenos grupos não produzam os efeitos buscados. Como dizíamos, as conquistas têm ou podem ter sentido uma vez que se penetra na lógica de seus pressupostos implícitos. O problema se resume no enfoque que pretende reduzir a essência do grupo humano à realidade factual destes grupos/ analisados desde a perspectiva de quem pretende levar o grupo a aceitar certas metas, convenientes a quem detém o poder social (ver Lewin, 1943, 1951) ou aliviar no interior do grupo tensões ou conflitos cujas raízes se encontram na macro-estrutura social (ver Moreno, 1962). Lembro que em uma ocasião eu assistia a uma reunião na qual seriam discutidos importantes conflitos de uma instituição acadêmica. Ao saber que os dois primeiros dias da reunião seriam dedicados em sua integralidade a exercícios de "dinâmica de grupo", um dos participantes comentou publicamente seu receio: "a experiência me diz - assinalou - que estes exercícios 'amansam' as pessoas e, logo, quando têm de se discutir os problemas, fica-se mais atento a não ferir ou ofender os membros do grupo do que a resolver os problemas reais da instituição".

É difícil afirmar que nesta obra conseguiremos superar os limites e condicionamentos de que padece a Psicologia Social pelas pautas e conquistas impostas desde os centros de poder acadêmico e científico. Mas, certamente, nosso ponto de partida será a realidade cotidiana tal como é vivida pela maioria da população centroamericana e, mais particularmente, salvadorenha. Não pretendemos tampouco ser imparciais na eleição e enfoque dos temas, com essa pretensa assepsia de quem seleciona por inércia, sem examinar os critérios que, consciente ou inconscientemente, estão determinando a eleição. Elegemos precisamente aquelas situações, processos e fenômenos que nos parecem melhor refletir os conflitos-chave que confronta hoje o povo centroamericano.

Certamente, muitas são as ciências que afirmam estudar a realidade social. Qual é a ótica particular da Psicologia Social? Existe algum aspecto desta realidade social que seja objeto peculiar de estudo para a Psicologia Social? Ou a Psicologia Social estuda os mesmos fenômenos que outras ciências, mas desde uma perspectiva própria? Examinemos esta questão a partir de três situações concretas.

Sabe-se bem que a tortura aos inimigos capturados é uma triste realidade, quase tão antiga quanto a humanidade. Porém, a tortura sistemática a inimigos políticos tem alcançado recentemente em nossos países cotas de crueldade repugnantes para a consciência contemporânea, assim como um caráter institucional que contradiz abertamente a chamada "vocaçao democrática" da qual os governantes de turno gostam de proclamar-se fiéis seguidores. Existem provas contundentes de que a tortura é prática normal para os corpos de segurança em El Salvador. A declaração feita sob juramento pelo réu político Reynaldo

Claro delimitar o valor social de uma família.

opção (política) por hábito e pequenos grupos.

o que se fez do dinamismo do grupo.

aculturando a cultura.

no momento de fazer a escolha?

no momento de fazer a escolha?

no momento de fazer a escolha?

no momento de fazer a escolha?

no momento de fazer a escolha?

no momento de fazer a escolha?

no momento de fazer a escolha?

no momento de fazer a escolha?

no momento de fazer a escolha?

Cruz Menjívar (1978), que conseguiu escapar de um cárcere, é um dilacerante testemunho dos níveis de selvageria e desumanidade a que podem chegar a relação entre seres humanos (ver Quadro 1; ver, também, Carpio, 1979)<sup>2</sup>.

Certamente, a tortura não tem sido um dos temas de interesse das ciências sociais) que a ela têm dedicado, no melhor dos casos, uma atenção marginal. Esta falta de atenção resulta tanto mais suspeita quando se observa que a Psicologia tem empregado como um de seus métodos de pesquisa favoritos o castigo mediante pequenas descargas elétricas ou isolamento sensorial) que, embora menores, são claras formas de tortura.

A Sociologia estuda a tortura desde a perspectiva do controle social como característica necessária a qualquer sistema político. Quais sistemas políticos e em quais circunstâncias necessitam recorrer à tortura? A Sociologia também pode estudar a tortura e, em geral, as formas de repressão social como aspectos do conflito de classes em uma sociedade concreta, ou como expressão das contradições internas a que pode abocar uma determinada organização social. A Psicologia, por outro lado, estudará a personalidade daqueles que executam atos de tortura, as formas psicológicas de tortura, ou as reações psicossomáticas do torturado. Finalmente, a Psicologia Social estudará a tortura como uma forma de relação humana (por irônico que possa parecer essa qualificação no presente caso) e, portanto, como um processo que não se pode explicar simplesmente a partir da realidade dos indivíduos que participam deste processo. Como pode mentalmente uma pessoa tornar-se um torturador? Qual é o significado social do processo de tortura? Como relacionam pessoas à tortura? Que efeitos transitórios e permanentes produz nos grupos sociais o perigo real de tortura?

A tortura é, desgraçadamente, um acontecimento cotidiano, mas que afeta a pequenos setores da população. A moradia contudo, é uma das circunstâncias-chave na vida de qualquer população. Segundo cálculos confiáveis, 50% da população salvadorenha necessita de moradia adequada, ou seja, que reúna alguns critérios mínimos essenciais de espaço, segurança, serviços e higiene. Uma das formas mais típicas da moradia popular em El Salvador é o chamado mesón<sup>3</sup> (do qual voltaremos a falar mais adiante). O mesón ou casa de vizinhança gera uma espécie de sistema social especialmente determinado que constrange a vida dos inquilinos e induz formas particulares de comportamento. A vida no mesón representa

a natureza da vida na social repl. p. r. c. i. o. n.

#### Quadro 1. Tortura

"Quando ingressamos no citado corpo de segurança, imediatamente me arrancaram a roupa a puxões até ficar nu e, sempre vendado e algemado, fui submetido a um interrogatório. Tais interrogatórios duravam desde duas horas e meia até cinco ou seis horas seguidas, sentindo o calor de refletores presumivelmente potentes e os tremores derivados dos choques elétricos recebidos. Quando me viam desfalecido, quase sem alento e desmaiado, ensangüentado e inchado pelos golpes e maus tratos, me tiravam à cela como se fosse um fardo que tinham me designado, na qual baratas, mosquitos, pernilongos, moscas, ratos e uma grande quantidade de outros insetos pululavam entre os excrementos e urina, já que a cela carecia de algum orifício no chão pelo qual a sujeira pudesse sair. Quando me buscavam para outro interrogatório e eu não podia me mover de fraqueza pela fome ou sede, assim como pelas lesões que apresentava, me colocavam em pé e a socos me faziam voltar um pouco a mim; no oitavo dia me levaram um pouco de água em um pote sujo com restos de finta no qual haviam baratas; mas era tão grande a sede que me devorava( que, como pude, tomei entre minhas mãos inchadas esse pote e bebi seu conteúdo avidamente, inclusive a barata, cuja existência dentro da água comprovei somente quando a senti em minha boca; esse fato me produziu um vômito imediato, expulsando de novo a água suja que eu acabara de ingerir, e deixando-me pior que antes. Assim foi a rotina durante os primeiros vinte e seis dias."

(Testemunho do réu político Reynaldo Cruz Menjívar ECA, 1978, 360, 850-858)

<sup>2</sup> [N dos T.: Para uma análise psicossocial sobre a tortura, especificamente no Brasil, ver COIMBRA, C. M. B. Tortura ontem e hoje: resgatando uma certa história *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 6, n. 2, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>> Acesso em: 01 Jul 2007

<sup>3</sup> [N dos T.: a tradução mais adequada em português para *mesón* é cortiço.

isso é o mesmo

tortura é objeto de estudo da ps social

quando fala na política mas a U. O. muitas vezes

um dos capítulos mais importantes ou, pelo menos, mais comuns da vida social salvadorenha (ver Quadro 2).

A Sociologia estudaria a vida no mesón no que diz respeito ao problema da moradia, sua demanda e oferta, assim como os movimentos migratórios, econômicos e laborais vinculados a ela. Também estudaria as formas de organização familiar e comunitária que se produzem nestas circunstâncias, as classes sociais envolvidas, a emergência de economias marginais, e os processos de delinquência e anomia que aparecem vinculados a esta forma de vida.

há, talvez  
objeto  
da CS

A Psicologia Social, por sua vez, se interessaria também por muitos dos aspectos estudados pela Sociologia, mas examinaria mais particularmente a vida no mesón como um sistema de interação humana, com alguns mecanismos e processos peculiares de comunicação, de onde as exigências das necessidades de uns e de outros vão gerando normas explícitas ou implícitas de convivência, e de onde as forças dos membros dão sentido aos conflitos e à estruturação das relações e comportamentos.

7 e mais  
p/1  
CS social

Nos momentos de agudização dos conflitos sociais, os processos grupais adquirem uma importância especial. As manifestações de rua (ver Quadro 3), as greves laborais e políticas, as ocupações de edifícios e outras ações semelhantes alteram a evolução normal da cotidianidade estabelecida. Os grupos (e as pessoas) têm que adotar decisões para as que não têm normas claras e às vezes nem sequer critérios orientadores. Em um dos muitos conflitos laborais que ocorreram em San Salvador em 1979, os trabalhadores de uma fábrica nacional ocuparam as instalações e detiveram um bom número de reféns, sobretudo de escalões intermediários. Reunidos, os proprietários e administradores da fábrica, consideraram as demandas dos grevistas pedidos em seu conjunto muito razoáveis e aos quais a fábrica poderia atender sem maior dificuldade. Enquanto o gerente da fábrica era partidário de aceitar as demandas dos grevistas e ocupantes, o principal acionista adotou a postura dura de não negociar enquanto os reféns não tivessem sido liberados. Os dias começaram a passar, sem que o grupo proprietário flexibilizasse sua postura. Depois de um mês de ocupação, e alguns minutos antes que as forças de segurança recuperassem violentamente a fábrica, os trabalhadores a abandonaram e – não se sabe se intencionalmente ou casualmente – a fábrica foi incendiada, ficando totalmente destruída.

situações  
revolucionárias

estudo  
das  
greves

As greves e sua resolução são acontecimentos de grande significado para as ciências sociais, embora, lamentavelmente, a corrente dominante de cientistas sociais legou a um mínimo o estudo aprofundado das formas concretas de conflito social. A Sociologia se interessa por uma greve na medida em que expressa as áreas problemáticas no funcionamento de uma estrutura social, e enquanto revela os dinamismos que podem alterar uma ordem social concreta. A Psicologia Social se interessa, sobretudo, pela interação de pessoas e grupos que se produz no desenvolvimento do processo conflitivo. Diante de situações para as quais não existem prescrições claras, como se chega a adotar uma decisão? Como e por que os trabalhadores chegaram à decisão não só de se declarar em greve, mas de adotar uma postura

filma  
de  
plágio!

vítima de  
comunicação  
dos  
trabalhadores  
no momento  
de se declarar  
em greve  
devido a

**Quadro 2. A vida no mesón**

Angela se encarregava de atender as necessidades familiares. Às seis da manhã se levanta e vai à venda comprar as coisas para o desjejum. Quando Carlos (seu esposo) sai, ela lava o quintal e dá o café da manhã para o filho. Depois, ela faz seu desjejum, arruma a casa e fica por ali, lendo o jornal ou passando o tempo. Por volta das onze, ela volta à venda para comprar as coisas para o almoço. Depois, descansa em casa, lendo o jornal ou cochilando. Até às três, sai com o filho para caminhar no quintal. Às vezes a leva à casa da menina Lupita e ficam vendo televisão em sua casa "Antes, saía para o parque com o menino; mas, desde que ouvi como a Ana Maria dizia que a senhora de José Luis havia saído uma manhã inteira para ir a uma hospedagem com outro homem, já não gosto mais de sair. Saio unicamente aos domingos com Carlos."

Angela é bem considerada pelos seus vizinhos, embora ela trate de evitar conversar frequentemente com outras mulheres para evitar a acusação de fofocqueira

(Herrera Morán, A. e Martín-Baró, I. Ley y orden en la vida del mesón ECA, 1978, 360, 803-828)

extrema mediante a ocupação da fábrica? Como e por que a direção da fábrica decidiu adotar uma postura totalmente intransigente e, apesar dos perigos óbvios, a manteve até o final? Como intervieram as distintas personalidades e fatores em jogo no processo de adotar essas decisões que conduziram a conseqüências tão desastrosas? Houve algum tipo de liderança nas decisões de trabalhadores e proprietários? O que determinou esta liderança e como foi exercida?

Um exame dos três casos apresentados – tortura a um prisioneiro, a vida diária em um mesón urbano, e o desenvolvimento e resolução de uma greve – e o tipo de perguntas que a Psicologia Social se formula, nos permite chegar a uma delimitação provisória do objeto da Psicologia Social.

Antes de mais nada, é claro que a Psicologia Social não é o mesmo que Psicologia dos Grupos.

(pequenos ou grandes). A Psicologia Social certamente analisa processos grupais como a tomada de decisões em uma greve. Mas, a Psicologia Social também estuda a ação de pessoas individuais, como o torturar ou a jornada normal de uma mulher no interior de um cortiço. (Social não é o mesmo que grupal) embora todo grupo humano seja, obviamente, de natureza social. O social é uma categoria mais ampla, que com perfeito direito se aplica também aos indivíduos humanos (pessoas sociais). A constante da Psicologia Social nos exemplos examinados, ou seja, o especificamente social é o atender à ação de indivíduos e grupos enquanto referida ou influenciada por outros indivíduos ou grupos. Na medida em que uma ação não é algo que se pode explicar adequadamente a partir do sujeito mesmo mas, explicita ou implicitamente, em sua forma ou em seu conteúdo, em sua raiz ou em sua intenção, esteja referida ao outro e a outros, nessa mesma medida a ação é social e cai sob a consideração da Psicologia Social.

As pessoas, não somos seres lançados ao vazio, mas formamos parte de uma história, nos movemos em uma situação e circunstância, atuamos sobre as redes de múltiplas vinculações sociais. A Psicologia Social trata de averiguar a elaboração da atividade humana à medida que é precisamente forjada em uma história, ligada a uma situação e referida ao ser e ao agir de uns e outros. A pergunta central seria, então, encontrar em que medida uma determinada ação foi configurada pela influência de outros sujeitos, de que maneira seu sentido total lhe vem precisamente de sua referência essencial ao ser e fazer dos demais. Temos, assim, uma primeira aproximação ao objeto de estudo da Psicologia Social: a ação humana individual ou grupal, enquanto referida a outros.

A maioria dos autores utiliza variantes deste tipo de definição. Como diz Gordon W. Allport (1968, pág. 3), em sua síntese histórica sobre a Psicologia Social, "com algumas contadas exceções, os psicólogos sociais consideram que sua disciplina é uma tentativa de compreender e explicar a maneira em que os pensamentos, sentimentos e comportamentos dos indivíduos são influenciados pela presença atual,

### Quadro 3. Uma manifestação popular

Contra a vontade da extrema direita e do setor pró-oligárquico das Forças Armadas, apesar da supressão do transporte público, apesar das detenções nas cidades do interior do país, apesar das ameaças, dos rumores, apesar da agressão aberta a comunidades rurais para impedir sua assistência, se ouvem as vozes dos organizadores, a cabeça dos manifestantes dá os primeiros passos. Iniciou-se o desfile! No sentido leste, sobre a rua Rubén Darío, milhares de simpatizantes e observadores se amontoam para ver passar e saudar as organizações. O espetáculo é epopéico. Uma verdadeira manifestação popular, com cores, palavras-de ordem e canções. O povo que luta triunfa! O povo unido jamais será vencido!

O primeiro a avançar é o partido UDN que, mobilizando mais de 25.000 pessoas, passa entre bandeiras vermelhas e amarelas. Levam cartazes com inscrições alusivas à unidade, com exigências pelo fim da repressão e pela liberdade aos réus políticos. Enormes cartazes, feitos sobre armações de madeira rodos, avançam proclamando solidariedade. Entre os grupos que desfilam sob as bandeiras da UDN vão o Partido Comunista Salvadorenho, a Juventude Comunista, a Associação de Estudantes Salvadorenhos, a Frente de Ação Universitária e uma delegação da Confederação Única dos Trabalhadores Salvadorenhos.

Povo: una-se! Povo: una-se! Povo: una-se!

(Francisco Andrés Escobar. En la línea de la muerte. La manifestación del 22 de enero de 1980. ECA, 1980. 375-6 21-35)

2  
em todos os casos a delimitação do objeto de estudo

objeto 2  
Atos sociais  
social  
grupos  
amplo  
toda é social

imaginária ou implícita dos demais" Em nosso meio, Jesús Arroyo (1971, p. 16) definiu a Psicologia Social como "aquela parte da Psicologia que se ocupa do estudo da conduta humana em sua referência aos demais, estimulada ou reagida, que implica (a conduta) uma consciência social em conformidade a múltiplas situações meta-individuais, enquanto tal comportamento requer associações motivadas pelas necessidades individuais ou do grupo".

Esta primeira aproximação ao objeto da Psicologia Social nos orienta na direção do comportamento enquanto relação, ou seja, à influência inter-pessoal. É importante, então, perguntarmos qual é a essência última da influência inter-pessoal, não em um sentido metafísico, mas em um sentido empírico. Em outras palavras, em que consiste a influência inter-pessoal reduzida aos seus últimos elementos?

Esta pergunta foi uma das primeiras a serem formuladas experimentalmente. Já em 1897, N. Triplett tratava de averiguar que influência tinha em certas competências ciclísticas e em exercícios de ritmo a presença de observadores. De alguma maneira, todos tivemos a experiência de nos sentirmos impelidos a correr mais ou a desempenharmos melhor quando sabemos que alguém nos está observando. Contudo, provavelmente também teremos experimentado certo embaraço e inclusive vergonha quando nos é proposto falar diante de um numeroso público ou realizar alguma tarefa difícil na presença de "olheiros" (pior ainda se na presença de algum capataz ou supervisor). Como influenciam os demais nosso comportamento? É a presença de expectadores ou companheiros um estímulo positivo ou um obstáculo para o desempenho a atividade humana? Em outras palavras, há alguma diferença entre realizar uma ação solitariamente ou realizá-la diante de outros? A execução desta ação melhora, piora ou é igual?

Muitos autores têm investigado estas questões experimentalmente. Em 1920, Floyd Allport publicou os resultados de uma série de experimentos nos quais comparava os resultados entre realizar uma série de tarefas solitárias ou em companhia de outros. As tarefas examinadas eram relativamente simples, como associar palavras, realizar certas operações aritméticas, ou tratar de distinguir entre pesos e cheiros. Allport descobriu que, em geral, a presença de outras pessoas influía positivamente nas tarefas, com a exceção da solução de problemas e certos julgamentos. Por isso, Allport assinalou que a presença dos outros consistia um estímulo "facilitador" da conduta, e qualificou esta influência como uma "facilitação social". Certamente, tais resultados pareciam conformar-se ao modelo condutivista proposto por Watson para a Psicologia segundo o qual se poderia explicar todo comportamento como um encadeamento de estímulos e respostas, sem ter que se aprofundar no interior do inacessível das pessoas. Segundo Allport, a presença de outros era um estímulo facilitador na execução das próprias respostas. O qualificativo de "social" se devia a que o "estímulo facilitador" era constituído por outras pessoas. Ainda, na atualidade, psicólogos sociais de orientação condutivista consideram que a Psicologia Social deve estudar "as reações de um indivíduo aos estímulos socialmente relevantes" (Berkowitz, 1975, pág. 8). Neste sentido, a influência inter-pessoal seria uma simples influência externa, de ordem quase mecânica.

Em 1928, L. E. Travis repetiu alguns dos experimentos de Allport, mas com sujeitos surdo-mudos. Os resultados obtidos foram contrários aos de Allport, ou seja, as pessoas alcançavam um rendimento melhor trabalhando sozinhas. Em geral, uma das características mais interessantes nos experimentos sobre "facilitação social" é a aparente inconsistência dos resultados. De fato, a execução de certas respostas motoras ou de certas associações costuma melhorar com a presença de outras pessoas, enquanto que a aprendizagem de sílabas sem sentido, ou certas tarefas de memorização pioram quando são realizadas publicamente.

Tratando de buscar um princípio que pudesse dar conta de uns e outros resultados, Robert B. Zajonc (1971, p. 80), propôs em 1965 que "a presença de expectadores facilita a emissão de respostas bem aprendidas, enquanto que obstaculiza o aprender de novas respostas"; em outras palavras, "a presença de expectadores facilita a execução e obstaculiza a aprendizagem". Segundo Zajonc, este efeito seria explicado porque a presença de outras pessoas é um estímulo, que excita ou ativa o sujeito, incrementando a emissão da resposta dominante à situação na qual se encontra. Portanto, se a resposta dominante do sujeito é a resposta correta (como sucede em tarefas bem aprendidas), obviamente melhorará a execução; mas, se a resposta dominante é errada (como sucede quando ainda não se aprendeu a executar um exercício ou desempenhar uma tarefa), a maior excitação incrementará a emissão de respostas errôneas

A solução de Zajonc ao problema da facilitação social se baseia no modelo de aprendizagem de Hull (1943), segundo o qual o potencial de reação em um momento determinado depende da interação entre a força do hábito e a pulsão:  $E = f(D \times H)$ , onde: E = potencial de reação (energia)

D = pulsão (*drive*)

H = hábito

Segundo Zajonc, a presença de outras pessoas constitui uma fonte de incremento pulsional para o indivíduo, mas, como tal, se trata de uma energização ou ativação genérica, que não determina por si uma direção específica da conduta. Em cada caso, a resposta dominante será aquela ativada pelo aumento pulsional, ou seja, a "facilitada" socialmente.

Apesar da aparente elegância desta conclusão, o problema sobre o efeito da presença de outros no comportamento de um indivíduo está longe de ter sido sanado definitivamente. Apenas três anos mais tarde de Zajonc ter proposto sua solução para o problema, Nickolas B. Cottrell (1968, 1972) assinalava que a mera presença física não parecia suficiente para explicar o fenômeno da facilitação. Segundo Cottrell, o incremento pulsional é mediado pela consciência do sujeito que se sente ansioso diante da eventualidade de que os presentes avaliem seu comportamento. O indivíduo experimenta esta "apreensão avaliativa", como a chama Cottrell, já que a presença de outros o leva a antecipar as eventuais conseqüências negativas que sua conduta pode produzir. Neste sentido, a presença de outros se converte em um sinal desencadeante da antecipação temerosa.

Na mesma linha de pensamento, Hech e Glass (1968) opinaram que o incremento pulsional é mediado pelo temor dos indivíduos a serem julgados. Daí que, se a audiência não constitui uma presença avaliativa, a resposta dominante não resulta significativamente "facilitada". Além disso, Weiss e Miller (1971) ampliaram este ponto de vista ao afirmar que a apreensão avaliativa só é efetiva quando o sujeito espera ou antecipa que a presença de outros vai lhe acarretar resultados negativos.

Estes autores confirmam, no fundamental, a solução de Zajonc e mantêm os pressupostos do modelo de Hull. Porém, estabelecem o problema em um nível mais complexo e, certamente, mais realista ou, caso se queira, mais humano. O que se põe em questão é se a presença de outras pessoas tem um efeito de ordem mecânico ou automático sobre o comportamento de um indivíduo. De fato, dois aspectos parecem mediar o efeito da presença de outros: a consciência desta presença, e sua particular significação. Por um lado, parece evidente que a presença de outros só pode afetar o sujeito quando este é consciente desta presença, a não ser que se queira supor a existência de irradiações misteriosas ou parapsicológicas. O mesmo Zajonc (1972, p. 8) indicou posteriormente que, em geral, o indivíduo só se sente afetado pela presença de outros quando sai de um ambiente relativamente sereno e tem que prestar atenção ao fato de que há expectadores ou pessoas presentes. Dito de outra maneira, a influência da presença de outros



passa pelo filtro do próprio indivíduo, que se dá conta dessa presença. Por outro lado, a consciência sempre é uma consciência de algo; os outros presentes têm uma significação para o sujeito, que é quem valoriza positiva ou negativamente esta presença e antecipa as conseqüências boas ou más que lhe podem acarretar. Assim, a presença de outras pessoas deixará o indivíduo mais nervoso ou mais tranqüilo, o estimulará ou será indiferente, o agradará ou o incomodará.

Mais recentemente, Zajonc retomou o tema e precisou a sua posição. Evidentemente, Zajonc (1980, p. 41-42) reconhece que falar de uma "mera presença" de outras pessoas constitui uma abstração que não existe na realidade. Na vida, toda presença tem algum sentido, por mínimo que seja, e esse sentido é fonte principal de estimulação social. Porém, Zajonc mantém que há efeitos que são produzidos pela presença dos outros que não são atribuíveis ao sentido desta presença, mas ao dado (abstrato, no sentido de uma variável experimental independente) da "mera" presença, e que estes efeitos consistem em um incremento pulsional não diretivo no indivíduo. Revisões recentes do tema (Geen, 1980; Geen e Gange, 1977) tendem a sustentar esta visão de Zajonc.

Contudo, a postura de Zajonc segue sendo insatisfatória, não porque se negue a influência ativadora da presença de outros sobre o sujeito, mas porque essa influência se produz necessariamente em um contexto mais amplo. O esquema de Zajonc despoja o processo de relação ou influência social de seu caráter especificamente social. Inclusive no caso de uma mera presença, ou seja, no caso de uma presença passiva na qual não há nenhum outro tipo de ação inter-pessoal, a influência produzida é precisamente social porque ocorre através do significado que alguns sujeitos têm para o outro. Mais ainda, caso se aceite que a mera presença é uma abstração que nunca tem lugar na realidade, é porque também se reconhece que a ativação mútua das pessoas se produz através da consciência que umas tenham das outras, ou seja, das significações que as vinculam sempre sobre a pressuposição de que não acontece mais que uma presença passiva de uns diante de outros. Neste sentido, Richard Borden (1980) propôs, recentemente, uma modificação ao esquema de facilitação social, segundo o qual o sujeito interpreta ativamente a situação dos outros presentes e trata de conquistar a melhor avaliação possível de seu próprio comportamento. Borden insiste que este esforço por conquistar uma avaliação ótima será tanto maior quanto mais importante ou socialmente significativa for a ação do sujeito, em sua própria avaliação.

Fora do laboratório, na vida real, todavia, as coisas são ainda menos "puras" mas, talvez, mais claras. A influência inter-pessoal não é algo mecânico. A excitação de uma pessoa pela presença de outros não provém unicamente do fato de que se domine ou não uma ação ou tarefa; talvez o domínio não seja nem sequer a principal variável em questão. Em um nível mais básico, a excitação sofre influência do tipo de tarefa que se está realizando e a significação que tem esta tarefa para as pessoas presentes, sejam seu protagonista ou os observadores. A presença de outros me influenciam de maneira muito distinta se estou realizando minhas atividades cotidianas de higiene, se vou torturar outra pessoa, se estou representando uma peça teatral ou se estou resolvendo um complicado problema de matemática. Obviamente, todas estas tarefas pressupõem uma aprendizagem da minha parte, mas, de uma maneira muito mais importante: estas tarefas têm um conteúdo de valor, uma significação social, à parte de que seu produto tem efeitos muito distintos em mim mesmo e na sociedade em que vivo. Toda tarefa, aprendida ou não, seja ou não uma "resposta dominante", tem uma significação social que se sobressai, positiva ou negativamente, pelo fato de que a sociedade se faz repetidamente presente através dos outros. Um policial pode se sentir estimulado pela presença de outros policiais para torturar um prisioneiro (ver Carpio, 1979), mas se sentiria totalmente coibido para realizar a mesma operação diante de seus pais ou de seus próprios filhos. O outro não é

Novamente: o mecânico  
Como M. Cassanova  
falado.

sumário  
x  
afica  
she a  
col to  
povoad

simplesmente "uma pessoa presente"; é um espectador, um crítico, um amigo, meu chefe, meu professor ou minha esposa

A influência inter-pessoal, ou seja, aquilo que constitui uma ação enquanto social, e que é o que estuda a Psicologia Social, não é um processo de simples conexão externa entre um estímulo e uma resposta já constituídos. Trata-se, antes, de um elemento interno à mesma ação, que adquire uma significação "trans-individual" nessa referência aos outros, e mediante esta significação recebe um impulso estimulante ou um impulso inibidor. O problema fundamental sobre a "facilitação social" consiste em perguntar-se aquilo que se facilita e aquilo que se dificulta em uma determinada sociedade ou grupo social em um determinado momento histórico e para uma determinada pessoa. Só neste segundo momento interessa perguntar-se como, através de que processos e mecanismos concretos esta influência se dá.

Quatro elementos são essenciais para que se dê uma influência inter-pessoal: um sujeito, os outros, uma ação concreta e um sistema ou rede de significações próprio de uma sociedade ou de um grupo social. Toda ação se realiza no tecido deste sistema de significações, que constituem a interioridade do ato mesmo mais além de sua forma externa. Assim, a influência interpessoal, a relação do que-fazer de uma pessoa a outra pessoa, não é algo genérico ou abstrato na conduta, nem muito menos sobreposto à ação já constituída. Trata-se, ao contrário, de algo bem concreto e algo constituinte. Concreto, já que é esta ou aquela relação com tal ou qual pessoa ou grupo em tal ou qual situação. Por outro lado, se trata de algo intrínseco ao ato - sua significação - que é como a imagem que o sujeito trata de atuar. Uma ação humana não é uma simples concatenação de movimentos, mas, pôr em execução um sentido; torturar um inimigo, castigar um subversivo, ou dar uma lição a este comunista imundo, ou mostrar que sou muito macho e posso fazer sentir minha superioridade a este animal socialista.

A Psicologia Social, porém, estuda portanto o comportamento humano na medida em que este é significado e valorizado, e nesta significação e avaliação vincula a pessoa a uma sociedade concreta. Trata-se de encontrar as referências concretas entre cada ação e cada sociedade. Definitivamente, a Psicologia Social é uma ciência de duplo caráter, cujo objetivo é mostrar a conexão entre duas estruturas: a estrutura pessoal (a personalidade humana e, conseqüentemente, seu que-fazer concreto) e a estrutura social (cada sociedade ou grupo social específico). Em outros termos, a Psicologia Social pretende examinar a dupla realidade pessoal enquanto atuação e concretização em uma dada sociedade, e da sociedade enquanto totalidade de pessoas e suas relações. A Psicologia Social examina esse momento em que o social se converte em pessoal e o pessoal em social, tenha este momento um caráter individual ou grupal, ou seja, quer a ação corresponda a um indivíduo ou a todo um grupo em seu conjunto.

À luz desta análise, podemos propor uma definição mais significativa da Psicologia Social como o estudo científico da ação enquanto ideológica. Ao dizer ideológica, estamos expressando a mesma idéia de influência ou relação inter-pessoal, de relação entre o pessoal e o social; mas estamos afirmando também que a ação é uma síntese de objetividade e subjetividade, de conhecimento e de valoração, não necessariamente consciente; ou seja, que a ação está marcada por conteúdos avaliados e referidos historicamente a uma estrutura social.

Esta definição pode surpreender, já que o termo ideologia é usado de maneiras muito diferentes para expressar realidades às vezes muito distintas. Em termos muito gerais, há duas concepções fundamentais sobre a ideologia: uma de tipo funcionalista e outra de tipo marxista. A concepção funcionalista entende a ideologia como um conjunto coerente de idéias e valores que orienta e dirige a ação de uma determinada sociedade e, portanto, que cumpre uma função normativa com respeito à ação dos

Objeto do Social

SENTIDO

↓  
ação; pôr em execução um sentido

↓  
Im qm o social se converte em pessoal

1 Ideologia  
2 Concepções  
Fundamentalistas  
10  
2  
marxista

↓  
muito mais a  
na se  
na se  
plena a  
with  
com  
que a  
social  
toda  
Objeto  
P. Social  
e  
social

*ideologia ou não  
mas p'isso marxista*

membros desta sociedade. A concepção marxista (que tem suas raízes em Maquiavel e em Hegel) entende a ideologia como uma falsa consciência na qual se apresenta uma imagem que não corresponde à realidade, que a encobre e a justifica a partir dos interesses da classe social dominante

Estas duas concepções partem de pressupostos diferentes acerca da sociedade e do ser humano. A visão funcionalista supõe que a sociedade é um sistema coerente e unitário, regido por um esquema único de valores e normas, no qual o sujeito atua principalmente como indivíduo. A visão marxista indica que a sociedade se configura pelo conflito entre grupos com interesses contrapostos e que o indivíduo é fundamentalmente um representante de sua classe social. A corrente do estruturalismo marxista, elaborada principalmente por Louis Althusser (1968), concebe a ideologia como um sistema ou estrutura que se impõe e atua por meio dos indivíduos, mas sem que os indivíduos configurem, por sua vez, esta ideologia. Trata-se de uma totalidade atuante mas sem sujeito propriamente dito, já que, na ideologia assim entendida, o sujeito age na medida em que "se atua sobre ele". "Os homens vivem suas ações, referidas comumente pela tradição clássica, à liberdade e à 'consciência', na ideologia, através e pela ideologia; em uma palavra, que a relação 'vívida' dos homens com o mundo, compreendida nela a História (na ação ou inação política), passa pela ideologia, mais ainda, é a ideologia mesma" (Althusser, 1968, p. 193).

*não  
é a mesma  
mas de  
Althusser  
exatamente  
oposto*

O interessante deste enfoque é que, assim concebida, a ideologia não é algo externo ou sobreposto à ação (individual ou grupal). A ideologia é um elemento essencial da ação humana já que a ação se constitui por referência a uma realidade significada e este significado está dado por interesses sociais determinados. A ideologia pode, assim, ser vista desde a totalidade dos interesses sociais que a geram, porém também à medida que dota a ação pessoal de sentido e, por conseguinte, enquanto esquemas cognoscitivos e valorativos das próprias pessoas. Tais esquemas são pessoais e o indivíduo é que os põe em ação, mas sua explicação adequada não se encontra no indivíduo, senão na sociedade da qual é membro e nos grupos nos quais o indivíduo fixa raízes.

*o  
efeito da  
ação de  
Althusser*

Em suma, o enfoque estruturalista de Althusser elimina na prática o papel do sujeito. Isto parece absurdo, mais ainda desde uma perspectiva psicológica. O indivíduo age em meio à ideologia, mas não se acaba nela; dito de outra forma, a pessoa não se reduz à ideologia à qual, inclusive, pode transcender mediante uma tomada de consciência. Assim concebida, a ideologia vem a ser como os pressupostos ou "subentendidos" da vida cotidiana em cada grupo social, suposições triviais ou essenciais para os interesses do grupo dominante. Na medida em que uma ação é ideológica, faz referência a uma classe social e a certos interesses, ou seja, é influenciada por interesses grupais com respeito aos quais adquire sentido e significação social. Nem toda ação é, por suposto, igualmente ideológica. Respirar, dormir ou passear não têm o mesmo caráter social que tomar a decisão de ir a uma greve, transmitir um rumor acerca de um golpe de estado ou torturar uma pessoa.

*o que há de  
psicologia?*

Afirmou-se que a ideologia cumpre uma série de funções: oferecer uma interpretação da realidade, prover esquemas práticos de ação, justificar a ordem social existente, legitimar esta ordem como válida para todos, ou seja, categorizar como natural tudo o que é simplesmente histórico, exercer na prática a relação de domínio existente e reproduzir o sistema social estabelecido. Cabe, porém, perguntar-se: o que há de psicológico em todas estas funções? Em outras palavras: se a Psicologia Social estuda a ação enquanto ideológica e estas são as funções da ideologia, o que é o psicológico destas funções? A resposta é clara, embora seu desenvolvimento leve ao desenvolvimento de toda a Psicologia Social: na ideologia as forças sociais se convertem em formas concretas de viver, pensar e sentir das pessoas, ou seja, a objetividade social se converte em subjetividade individual e, ao agir, a pessoa se realiza como sujeito social. A rigor,

*Crítica  
a Althusser e  
o conceito de  
ideologia*

*o que há de  
psicologia?*

um temário conservador de qualquer dos textos da Psicologia Social em voga atualmente coincide parcialmente com as funções da ideologia.

(a) Diante disso tudo, o tema da percepção trata de explicar as causas e mecanismos por meio dos quais se capta e interpreta a realidade, especialmente as relações interpessoais e os processos de caráter social. Raramente, na Psicologia Social, se aprofunda esta análise no sentido de examinar os processos de justificação e legitimação cognoscitiva desta realidade. Não obstante, o complemento necessário da análise dos mecanismos perceptivos é a análise das causas desses mecanismos, e essas causas têm que ser buscadas a nível social, e não simplesmente individual. Se perceber é configurar de alguma maneira a realidade, a Psicologia Social que estuda a percepção tem que estudar a ideologia, ou seja, as forças sociais que levam o indivíduo a captar de uma ou outra maneira a realidade.

(b) Seja mediante o estudo das atitudes ou mediante o estudo dos papéis sociais, a Psicologia Social busca compreender, explicar e prever os esquemas de ação dos indivíduos e grupos sociais, os mecanismos pelos quais se formam estes padrões de comportamento, assim como os fins e motivos que estão na sua base. Esta análise ideológica não pretende outra coisa senão descobrir os esquemas de ação que emergem dos interesses de grupo, a fim de exercer normativamente o domínio social existente e reproduzir o sistema estabelecido. Torna-se interessante observar que, em poucas ocasiões, os psicólogos sociais deixam de observar a consistência ou inconsistência dos esquemas atitudinais com respeito à ação para analisar o porquê social desta consistência ou inconsistência, ou seja, que poucas vezes passam do exame positivista dos processos ao exame de seu sentido histórico.

(c) A Psicologia Social contemporânea dedica muita atenção aos processos de submissão, obediência e conformismo, de maneira análoga a como a ideologia se interessa pelas forma de realizar o domínio social e reproduzir o sistema estabelecido. É significativo que a Psicologia Social tenha adotado prioritariamente a perspectiva do dominador, enquanto que apenas excepcionalmente tenha contemplado processos desde a perspectiva do dominado – ou seja, a desobediência, o inconformismo e a mudança social (ver Moscovici, 1972).

Portanto, inclusive o temário da Psicologia Social mais tradicional responde parcialmente ao enfoque que centra seu objeto em examinar a ideologia e suas funções, ou seja, a ação humana enquanto ideológica. Em grande parte, a dispersão que hoje se dá na Psicologia Social deve-se à carência de um marco conceitual adequado que permita unificar criticamente as diversas investigações e dados disponíveis.

Ao propor que a Psicologia Social estude a ação humana enquanto ideológica se oferece um marco teórico unificador que, além disso, exige da Psicologia Social um aprofundamento histórico e conceitual muito maior que a usualmente oferecido.

Esta definição da Psicologia Social nos permite também descobrir a maior falha nos enfoques correntes: o esquecimento dos conteúdos da ação humana, sua significação, enquanto referidos às fontes de sua produção e, portanto, o determinismo configurador dessas fontes sociais (ver Braunstein, 1975). Lamentavelmente, muitos estudos de Psicologia Social se contentam em verificar correlações e dependências entre formas de conduta, sem analisar suficientemente a diferenciação radical aportada por seus conteúdos e seus produtos. Esta é a razão de que aqui se opte por falar de "ação" e não de conduta. Uma ação pressupõe, certamente, uma conduta, ou seja, uma resposta externamente verificável (no sentido condutivista), mas pressupõe também uma interioridade, ou seja, um sentido e, sobretudo, um produto; toda ação consiste em um fazer, um produzir ou gerar algo, e este produto afeta à totalidade social (ver Sève, 1973).

inibem ações  
com significado  
no mundo real  
de forma

# percepção  
+ linearidade  
(no âmbito  
dos estudos  
da ideologia)  
- O objetivo  
pergunta

[?] social  
adota a  
perspectiva da  
dominante?

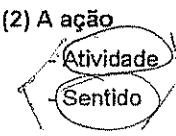
# a ação  
conduta

Ao examinar os casos de tortura, a tomada de decisões em um conflito de trabalho ou o que-fazer cotidiano em um *mesón* entendemos a importância de ir mais além de um esquema de estímulos e respostas ao estilo da facilitação social. As influências sociais não são estimulações assépticas, mas impactos valorativos de acordo com a atividade e interesses em jogo. Se a presença real ou imaginária de outros excita ou inibe a ação do sujeito, é porque provém dos demais e se espera uma avaliação e inclusive uma reação. Portanto, não existirá uma influência facilitadora ou inibidora meramente formal e externa, mas uma influência concreta, que facilita ou dificulta determinadas condutas, que potencializa ou obstaculiza determinadas atividades, de acordo com as exigências do grupo social concreto em que se está. Uma análise tal qual a da facilitação social não é adequada nem completa enquanto não se discrimine a função ideológica, ou seja, o determinismo seletivo que se exerce sobre as ações das pessoas e grupos reais a partir dos interesses e valores sociais dominantes. Por outro lado, ao tomar consciência da função ideológica, se sente por isso a necessidade de situar cada processos psicológica na totalidade dos processos sociais, ultrapassando a mera compreensão dos mecanismos parciais a que está presa a Psicologia Social atual. Assim, um problema como o da facilitação social, sobretudo aplicado a processos concretos como a tortura, a greve ou os rumores no interior de um *mesón*, adquire significações muito diferentes quando estes são situados no contexto de problemas mais amplos: o problema do desemprego, o problema da dissidência política, o problema da reprodução social da força de trabalho, o problema da organização social, o problema dos conflitos e lutas de classe (ver Quadro 1).

conduta  
 valorativo  
 interesses  
 grupo social  
 estrutura  
 ideologia  
 conscientização

ideologia  
 facilitador  
 social

Quadro 1  
 Comparação de definições de Psicologia Social

Objeto de estudo	Especificidade psicossocial
(1) A conduta - Resposta "vazia" - É seguida de reforços	Inter-pessoal ou sofrendo a influência dos outros - Influência extrínseca à ação em si - Os "outros" como seres abstratos ou genéricos - Pressupõe uma certa continuidade na influência, uma linearidade no vínculo (clareza)
(2) A ação  - Culmina em um produto	Enquanto ideológica - Influência intrínseca à ação em si - Referência a outros historicamente concretos, agrupados em classes, mediante o exercício do poder - Pressupõe que possa haver níveis de influência aparentemente contraditórios, e que o vínculo real é oculto pelo vínculo aparente

## 2. PERSPECTIVAS E MODELOS

### 2.1 Orientações em Psicologia Social

Precisamente porque a Psicologia Social é uma ciência de duplo caráter, situada entre o que compete à sociedade como tal e o que é próprio do indivíduo enquanto pessoa, corre sempre o risco de abandonar a tensão interdisciplinar e deixar-se absorver pela dinâmica de um dos pólos. Neste sentido, houve e segue havendo uma Psicologia Social como houve e há uma Sociologia Psicológica. Seja qual for o

grupo social

substantivo ou o adjetivo na nome usado, não é uma arbitrária decisão lingüística, mas a expressão de uma opção teórica.

A Sociologia Psicológica é primeiro e fundamentalmente Sociologia e, por conseguinte, sua unidade principal de análise é de caráter coletivo; seja o sistema social ou a ação enquanto social (ver, por exemplo, Parsons, 1968). Certamente, muitos temas que hoje constituem capítulos obrigatórios da Sociologia são claros estudos de Psicologia Social, embora nem sempre sejam tratados desde a perspectiva da Sociologia Psicológica. Um exemplo típico constitui o tema da socialização.

A Psicologia Social, por seu lado, costuma tender a ser Psicologia em sentido restrito e, por conseguinte, a tomar o indivíduo como a unidade central de análise. Isto cria problemas principalmente quando se estudam processos grupais ou fenômenos coletivos. Por outro lado, é raro encontrar em textos de Psicologia temas de Sociologia Psicológica, a não ser em aspectos relacionados com variações culturais ou raciais. O que aqui usemos como título genérico o de Psicologia Social não pressupõe de nossa parte uma opção pela perspectiva mais psicológica. Utilizamo-lo, simplesmente, porque se impôs, de fato, como nome comum nas ciências sociais seja qual for a perspectiva adotada (ver Rosenberg e Turner, 1981).

A vida cotidiana em um mesón (ver Herrera e Martín-Baró, 1978) pode ser examinada desde ambas perspectivas. A Sociologia Psicológica partiria provavelmente do pressuposto de que o mesón é um sistema social, e examinaria o comportamento de seus habitantes como papéis regulados por uma normatividade explícita ou implícita. A perspectiva da Psicologia Social examinaria o comportamento dos indivíduos a partir de suas necessidades, sua percepção e sua consciência da situação e, portanto, trataria de examinar os aspectos mais importantes da situação do mesón, assim como os hábitos pessoais reforçados ou castigados no acontecer cotidiano.

Em princípio, as duas perspectivas são aceitáveis como ponto de partida. Resulta perfeitamente lícito e até enriquecedor o poder examinar um mesmo fenômeno desde perspectivas diversas, ainda quando as possibilidades de compreensão não sejam as mesmas em cada caso. O problema surge quando a perspectiva perde seu caráter de relatividade e se absolutiza. É o perigo do reducionismo, psicológico ou sociológico. De fato, os psicólogos sociais costumam incorrer mais freqüentemente no reducionismo psicológico ou psicologismo do que no sociologismo.

Poderíamos, brevemente, (definir o psicologismo) como aquela compreensão dos fenômenos e processos sociais que os reduz e explica como a simples adição de processos puramente psicológicos. Da mesma forma que outros "ismos", o psicologismo se expressa pelo emprego da fórmula "não é mais do que" com a qual se transforma uma categoria (neste caso, a social) em outra (aqui, de ordem psicológica). Um exemplo típico de reducionismo psicologista se encontra em Peter Homans (1967) que afirma que qualquer processo histórico e social pode ser explicado com as categorias e princípios enunciados no condutismo operante de Skinner.

O psicologismo é uma das tendências culturais mais acentuadas atualmente nos países capitalistas e suas zonas de influência (ver Lasch, 1978). Ricardo Zúñiga (1976) assinala três graves erros psicologistas nos quais costumam incorrer os psicólogos sociais ao utilizar uma análise "centrada nas pessoas":

(a) A transformação do objeto de estudo. Ao redefinir um problema o processo social com variáveis psicológicas se produz uma alteração essencial no objeto de análise. Não é o mesmo falar de mudança social ou mudança de atitudes, de ideologia e de motivação, de alienação que falar de imagens do eu.

(b) A abstração dos problemas sociais analisados com respeito aos processos históricos concretos que os produzem. "Uma análise centrada na pessoa produz um sutil, mas significativo efeito de

Opção Teórica

# [P] Social e Sociológico: o que para pontos?

3 áreas principais

descontextualização e atemporalização, que encobre o jogo das forças sociais e em um momento histórico específico" (Zúñiga, 1976, p. 36).

③ Em terceiro lugar, a análise centrada na pessoa tende a atribuir a causalidade dos fatos aos indivíduos e suas características, o que no fundo é consequência da ideologia política liberal-burguesa. Os problemas sociais se convertem, assim, em problemas de pessoas, e os problemas políticos em problemas de caráter ou personalidade. Incorre-se no personalismo em todos os níveis, tanto para o êxito como, sobretudo, para o fracasso. O problema é a "vacância" dos camponeses, as tendências paranóicas dos políticos ou o caráter sociopata dos terroristas, e não os conflitos estruturais de fundo. Deste modo, as soluções sociais e políticas recomendadas por esse tipo de análise tende sempre a assumir como intocável o sistema social estabelecido e a estimular os indivíduos a dobrar-se a suas exigências.

O perigo do sociologismo é precisamente o oposto, ou seja, reduzir todos os problemas a variáveis sociais, até o ponto em que a pessoa "não é mais que" uma simples expressão de forças estruturais ou sistêmicas. Este perigo se centra claramente sobre aqueles autores influenciados por Louis Althusser; por exemplo, algumas análises de Eliseo Verón sobre processos comunicativos (Verón, 1972). Já Wilhelm Reich (1974) reprovava o movimento socialista não ter analisado suficientemente os fatores pessoais e subjetivos na consciência de classe no período do desenvolvimento fascista na Europa.

De acordo com a definição proposta de psicologia Social, pretendemos aqui adotar uma perspectiva dialética. O termo dialética tem tomado em ocasiões um expediente para sair nominalmente do passo teórico, sem que a prática concreta de quem se diz dialético tenha nenhuma diferença de quem pratica o psicologismo ou, sobretudo, o sociologismo. Outros identificam dialética com interação, o que é uma compreensão bastante superficial. O método dialético, tal como o entendemos aqui, assume que o objeto se constitui precisamente por uma mútua negação de pólos, e que isto ocorre em um processo histórico. No caso concreto da Psicologia Social, aplicar o método dialético quer dizer que, ao estudar os problemas, se parte do pressuposto de que pessoa e sociedade não simplesmente interagem como algo constituído, mas se constituem mutuamente e, por conseguinte, que negando-se um e outro, se afirmam como tais. O indivíduo é pessoa porque existe uma sociedade (não individual) que o faz pessoa; mas a sociedade é sociedade porque existem indivíduos (negação da sociedade) que a plasmam e dão realidade. Na prática, o método dialético vai significar que não podemos entender os processos ideológicos da pessoa sem atender como parte essencial sua estruturação social. Neste sentido, a ação humana é, por natureza, ideológica, já que está intrinsecamente configurada pelas forças sociais operantes em uma determinada história. A ação, cada ação concreta, simultaneamente plasma e configura ambas realidades, sociedade e pessoa, em um fazer que é ao mesmo tempo fazer-se e ser feito (ver, também, Castilla del Pino, 1966, 1968).

◀ A Psicologia Social não pode abstrair seu objeto da história, pois é a história social concreta que dá sentido à atividade humana enquanto ideológica. Isto não é o mesmo que afirmar que a Psicologia Social é ou deva ser simplesmente história (Gergen, 1973). Claro que, de alguma maneira, o que aqui se projeta é a concepção que se tenha sobre o que deve ser uma ciência e a possibilidade da Psicologia ser científica em sentido restrito, uma vez que se aceita sua necessária referência histórica. Em todo caso, se a Psicologia Social examina a ação enquanto ideológica, não pode evitar (precisamente para ser científica) esta necessária referência a um contexto e situação concretos. Em boa parte, a Psicologia Social em uso consiste precisamente na organização de "referências" históricas dos distintos comportamentos sociais; contudo, na maioria das vezes estas referências são desfiguradas, convertendo-as em simples "condições"

3

ali aqui  
fundo oi

início  
grupos ou  
DIALÉTICA é MAJ  
que uma interação  
mal uma negação de  
que se afirmam  
como tal pelo  
negação

Reich  
x  
Althusser

repository  
de história

assépticas para que se produza ou não um processo ou para que uma forma de comportamento social contemple um ou outro resultado (ver Holland, 1978)

Examinemos estas três perspectivas com um exemplo concreto. Como analisariam o fenômeno da tortura uma Psicologia Social sociologista, uma psicologista e uma dialética? Com o perigo de distorcer os aportes de certos autores, tentemos aplicar a este caso alguns estudos bem conhecidos.

Desde uma perspectiva de corte sociologista, poderia ser aplicado ao caso da tortura uma visão puramente sistêmica: é a estrutura de uma determinada organização penal e a adoção de alguns papéis já pré-configurados o que faz possível que uma pessoa possa ser fisicamente torturada por outra pessoa. O estudo de Philip Zimbardo (1973) sobre a força condicionante do papel do carcereiro poderia ser extrapolada à condição um torturador. Certamente, a forma com que um sujeito desempenha seu papel de carcereiro ou, para este caso, de torturador, pode depender em grande medida das idéias que em um determinado grupo exista sobre o que é ser carcereiro ou torturador (Banuazizi e Movahedi, 1975) Porém, que o papel desempenhado no interior de uma instituição legitimada tem uma grande força de constrangimento, inclusive para forçar ações contrária aos princípios do sujeito, se pode deduzir dos conhecidos estudos de Stanley Milgram (1974) Dos estudos tanto de Zimbardo como de Milgram poderia se depreender a consequência de que a estrutura institucional (através dos mecanismos de normatividade de um papel e de obediência legitimada) bastam para explicar o comportamento de um torturador, sem que sua personalidade, suas convicções ou sua experiência anterior alterem fundamentalmente este processo. Pelo contrário, algumas das condições dos experimentos de Milgram (perda da legitimidade institucional, fortes princípios éticos pessoais, etc.), assim como a consciência das repercussões a longo prazo de coisas fundamentais, e não simplesmente uma situação de laboratório referida a aspectos relativamente transitórios ou de pouca importância pessoal ou social levariam a dúvidas de uma fácil explicação da tortura ao nível puramente sistêmico.

Uma explicação de ordem psicologista trataria de encontrar nas características pessoais do torturado as razões de seu comportamento como tal. Em outras palavras, não seria o papel que criaria o sujeito e seu comportamento, senão que seria o sujeito quem de uma maneira ou outra terminaria ocupando aquele papel que se adaptara a suas necessidades profundas e às características de sua personalidade. Esta tem sido a visão de alguns psicanalistas, que tem explicado a ação do torturador como uma comportamento de sujeitos profundamente sádicos, e de sistemas sociais que geram "estruturas" como resposta a estas necessidades destrutivas dos indivíduos (ver Guilton, Bettelheim e outros, 1973).

Outro tipo de análise, também de corte psicologista, se limita a analisar o aspecto formal da tortura (ou outras formas de violência abusiva), sem ver que o conteúdo mesmo da ação está essencialmente vinculada a determinadas forças sociais. Este é, ao menos parcialmente, o caso dos estudos sobre a "vítima inocente", que mostram a necessidade do torturador de desvalorizar sua vítima e, assim, calar possíveis recriminações de sua consciência (ver, por exemplo, Lerner e Simmons, 1966).

Um enfoque dialético teria que examinar o problema da tortura como um processo inter-pessoal no interior de uma determinada estrutura sócio-política. A análise de S. Milgram (1980) seria parcialmente aplicável, na medida em que se enfatizou o papel da pessoa concreta, sua consciência ética e política, assim como as características específicas da situação que desencadeia a tortura – não as características da situação como dado imediato (que dizer, o lugar onde ocorre a tortura, a proximidade entre torturador e torturado, etc.), senão as características do grupo no poder e suas necessidades de utilizar a tortura como instrumento de controle social. Algumas das análises sobre os procedimentos utilizados nos hospitais

Fragmentado  
Análise ou  
formal e não  
o conteúdo  
como e não  
a situação



psiquiátricos poderiam oferecer um paralelo imediato de como analisar dialeticamente o fenômeno da tortura (Basaglia, 1972; Berlinger, 1972).

## 2.2 Uma visão histórica da Psicologia Social

Entendida em sua forma mais ampla como o estudo das relações entre o indivíduo e a sociedade, a psicologia social tem sido um tema de vasta tradição filosófica. O fato de que as análises foram elaboradas especulativamente e não empiricamente não diminui nem o valor, nem as conclusões as quais os filósofos foram chegando, nem as observações em que buscavam apoio para sua especulação, nem mesmo as perguntas que originavam sua reflexão. Não deixa de surpreender, negativamente, que, após ter desenvolvido uma longa e rica tradição de filosofia psicológica, alguns psicólogos (sociais e gerais) cheguem com dificuldades a conclusões muito melhor formuladas em tempos passados pela filosofia (ver Chateau e outros, 1979). Quando esta confluência incorpora o enriquecimento empírico à conclusão especulativa, a ignorância real ou funcional fica, de algum modo, justificada. Infelizmente, este não é o caso na maioria das vezes e, após rechaçar a "metafísica" teórica, oferecem-nos pobres receitas de filosofia caseira sob a aparência de sofisticados produtos de laboratório.

Ainda que não seja este o lugar para recuperar explicitamente a tradição filosófica da psicologia social (ver Lana, 1969), é necessário mencionar pelo menos alguns autores cujos delineamentos seguem vivos, de uma forma ou outra, na reflexão contemporânea sobre a ação social do seres humanos. Uma das tradições de pensamento mais ricas sobre a relação entre homens e sociedade começa com os clássicos gregos. Sócrates, por exemplo, insistia na importância de analisar a ação das pessoas referidas à sua circunstância concreta. Um indivíduo separado de seu meio é uma abstração, algo irreal. Mais além, "O que uma pessoa é só explica parcialmente o que esta pessoa faz. Nada a pode resistir às forças de seu meio ambiente. Ou o homem conquista o mundo ou o mundo o conquista" (Collingwood, 1956, p. 40)

Platão desenvolve esta visão socrática quando, ao esboçar a estrutura de sua República (que não é concebida como a forma absoluta de um estado ideal, senão como a melhor forma de estado em um período de crise social), assinala a diferentes tipos de pessoas funções diversas no sistema social. O homem necessita da estrutura social; porém, qual classe de sociedade se chegue a formar depende do tipo e caráter dos homens que a regem. Daí, que o problema nuclear de uma sociedade seja o da educação. O ser humano é perfeitamente maleável, e a função do educador é forjar o cidadão (socializá-lo, se diria hoje) proporcionando a ele esse saber moral conhecido como sentido comum. O fracasso desta tarefa produz homens associiais ou anti-sociais, quer dizer, "idiotas". O idiota (que em grego significa homem privado ou particular, profano) é o indivíduo isolado "posto que carece da ligação interna, interpretada como um 'saber', ao sistema de normas da sociedade em cujo seio vive" (Hofstatter, 1966, p. 36).

Frente ao relativo otimismo de Platão com respeito à maleabilidade social do ser humano, Niccolau Maquiavel pensa que a natureza humana é muito mais fixa e que os homens se guiam pelos mesmos motivos e as mesmas paixões, principalmente, a ânsia de poder e a ânsia de segurança. Como todos tratam de satisfazer seus desejos, as leis não bastam para regular a convivência social e os chefes políticos têm que recorrer à força e à violência. Ainda que separados por muitos séculos, é interessante sublinhar que tanto Platão quanto Maquiavel enfrentam momentos de grave crise política em suas respectivas sociedades. Contudo, propõem soluções muito diferentes à pergunta de como integrar o indivíduo na sociedade. Enquanto Platão pensa que o indivíduo pode chegar a interiorizar a lei que o vincula aos demais

e, assim, atuar moralmente por convicção pessoal, Maquiavel pensa que, em última instância, o homem somente respeita a lei comum por meio da coação física imposta pela autoridade

Thomas Hobbes chega um século mais tarde a uma conclusão parecida Para Hobbes, o homem é anti-social por natureza e, como todos os homens têm os mesmos apetites, cada semelhante é um rival, um lobo para os demais (*homo homini lupus*), contra quem ele há de lutar em uma guerra de todos contra todos (*bellum omnium contra omnes*). Para ele, a única forma de conviver sem destruir uns aos outros é mediante um pacto ou contrato social que regule de alguma maneira a satisfação básica das necessidades de todos. Esse contrato social só pode ser preservado por uma autoridade forte, seja o estado ou um soberano absoluto: Leviatã. Leviatã é, assim, o poder comum da sociedade, surgido da renúncia de cada indivíduo a suas tendências de aniquilar aos demais membros da sociedade.

É interessante que, um século depois, Jean-Jacques Rousseau postula também a necessidade de um contrato social, porém a partir de premissas diferentes. Para Rousseau, o homem é fundamentalmente bom (o mito de "bom selvagem"), porém, a sociedade corrompe seus sentimentos bondosos ao mesmo tempo em que induz a emergência da razão e da consciência. A fim de fazer possível que os homens desenvolvam em comunidade suas melhores potencialidades, se requer estabelecer um contrato social, para o qual os indivíduos renunciam a agir de uma forma egoísta e aceitam respeitar os direitos dos demais. Mediante este contrato social, os homens se vinculam a uma sociedade concreta, na qual o controle exercido pelas leis da vontade geral faz precisamente possível a liberdade de cada pessoa

Para Karl Marx (Marx e Engels, 1848/1969) a idéia de um contrato social é uma ficção enganosa que oculta a verdadeira relação de forças existentes em uma sociedade concreta. O que há são grupos com interesses contrapostos, uma sociedade cindida pelo conflito não entre os apetites dos indivíduos como tais, senão dos indivíduos enquanto membros de diversas classes sociais. Não há uma lei surgida pelo consenso majoritário, senão uma lei imposta pela classe dominante que canaliza seus interesses, executa seu controle e reproduz sua situação de domínio social. Os homens são forçados por aquelas forças que atuam sobre o ponto no qual se inserem socialmente, principalmente no entorno de sua própria classe social. Os homens interiorizam essa norma social que responde aos interesses da classe dominante, se impõem como uma estrutura não consciente, e guiam o processo de alienação e desumanização das pessoas.

Enquanto, para alguns autores, o indivíduo e suas necessidades determinam em última instância o que é a sociedade, para outros é a sociedade que determina o que o homem concreto virá a ser. Portanto, enquanto para alguns o que é a sociedade deve ser entendido desde que a ótica do que é o indivíduo, para outros o que é o indivíduo só pode ser entendido desde a ótica do que é cada sociedade histórica. Definitivamente, a mesma dualidade de perspectivas que encontramos na psicologia social contemporânea dividiu os filósofos em sua reflexão sobre as relações entre o indivíduo e sociedade. Porém, entre a filosofia tradicional e a moderna psicologia social há também diferenças importantes. Quatro fatos históricos são necessários para compreender estas diferenças e o nascimento da psicologia social assim como das ciências sociais em sua acepção moderna: uma maior consciência sobre as diferenças entre os grupos humanos, uma concepção secularizada do ser humano, a revolução industrial e o desenvolvimento de uma nova metodologia.

Seria ingênuo pensar que somente o homem moderno tomou consciência das diferenças existentes entre os diversos grupos humanos. Desde antigamente os povos viajaram e emigraram de um lugar a outro e têm observado a diversidade de línguas, raças, costumes e estilos de vida. O belo mito da "Torre de Babel" expressa literária e teologicamente a consciência desta diversidade de povos e os problemas que daí

Hobbes

X

Rousseau

from page 03

supostas  
início

4 fatos  
históricos  
essenciais  
diferenças  
indivíduos  
sociedade

se podem seguir. Apesar de tudo, só modernamente este fato se converteu em um questionamento sobre a natureza humana. Ao conquistador ibérico custava aceitar que o indígena tinha alma, quer dizer, fosse humano como ele. Quando, ao fim, aceitou sua humanidade, não se lhe ocorreu estender esta generosa concessão mental aos escravos negros. É evidente que se tratava de uma visão etnocêntrica, muito enraizada nos interesses materiais da conquista. Porém o fato é que essa era a concepção generalizada entre os cultos povos europeus.

No período romântico, a diferença recebe carta de cidadania humana. Quando Rousseau projeta sua imagem que o "bom selvagem", do homem não corrompido pela sociedade egoísta, de alguma maneira está assinalando a potencialidade humana de formas distintas. A busca romântica do mistério, a pureza e o natural, tudo isto entendido em um sentido de incontaminação social, faz com que as diferenças entre os povos adquiram o grau de pergunta antropológica. A isto contribuem também as numerosas viagens e as exóticas narrações de terras estranhas que florescem na Europa durante este período. Finalmente, os contínuos conflitos entre os povos europeus assim como o surgimento de novas unidades políticas, incorpora à consciência imediata as diferenças culturais e raciais dos diversos grupos que, pela primeira vez, se sentem "nacionais", quer dizer, membros de uma "nação".

À mesma época – em meados do século XIX – a idéia sobre a evolução das espécies começa a ser aceita nos meios intelectuais. Se as teorias evolucionistas eram corretas, isso significava que o homem não era um ser absoluto e imutável, senão que era um animal entre outros (ainda que dominante sobre eles) e, como tal, sujeito às influências e pressões do meio ambiente. Para a psicologia social tem uma especial importância o pensamento de Herbert Spencer, não somente como expositor brilhante das idéias evolucionistas, senão porque aplicou estas idéias ao ser social, ao que comparou com um organismo vivo (Spencer, 1972). De fato, a maioria dos princípios do moderno funcionalismo nas ciências sociais se encontram já formulados nos escritos de Spencer.

Se o conhecimento sobre as diferenças humanas em tempos anteriores não havia se convertido em questão filosófica, isto se devia em parte a uma antropologia teocêntrica, cristã ou não. Certamente, havia diferenças entre os seres humanos, porém eram diferenças produzidas diretamente por Deus. Assim, o fato da diversidade humana não colocava uma questão histórica e social, senão que era remetida ao mistério insondável de Deus e sua Infinita Providência.

Porém, a sociedade moderna pouco a pouco abandonou o teocentrismo. As perguntas humanas tinham que ser respondidas em termos humanos, quer dizer, com respostas compreensíveis à inteligência dos homens. Em parte, a visão secularizada do ser humano encontrou um caminho no enfoque positivista que, junto com a crença na possibilidade de um progresso sem fim, forjou a ilusão de que as ciências poderiam responder qualquer pergunta e resolver qualquer problema. Já não se poderia remeter o fato das diferenças entre povos ao mistério divino; elas deveriam ser explicadas em termos humanos. Além disso, provavelmente a filosofia não era o instrumento adequado para resolver esta questão; a ciência, em um sentido positivista, teria que assumir esta tarefa.

Um terceiro fator crucial para nascimento da ciências sociais foi a revolução industrial do capitalismo. O processo de industrialização mobilizou toda a ordem social ocidental desde a suas raízes, juntando verdadeiros rebanhos de seres humanos em condições de grande miséria, mobilizando populações inteiras, minando todo tipo de estrutura comunal ou familiar, e alterando profundamente costumes, tradições e hábitos de comportamento (Castells, 1976). De fato, a Revolução Industrial produziu uma nova forma de organização social, na qual os indivíduos eram simples números ao serviço de um

sistema produtivo insaciável e na qual a exploração humana e os contrastes sociais (que, por sua vez, sempre tinham sido grandes) adquiriram novas e extraordinárias dimensões

A radical comoção produzida pela Revolução Industrial colocava com mais urgência que nunca a questão de se era possível manter unida a sociedade humana. As relações entre indivíduos e grupos – tanto ao nível macro-grupal da cidade como ao nível micro-grupal da família – já não podiam se desenvolver pelas vias tradicionais e o sistema de produção capitalista imperante não possibilitava, de fato, a formação de novas vias, adequadas. De fato, se afirma (Asplund, Dreier e Morch, 1975) que a psicologia social surgiu e se desenvolveu como uma disciplina especial quando a separação dos indivíduos com respeito à sociedade se tornou problemática em um momento da evolução do sistema capitalista, especialmente ao se transformar em capitalismo monopolista (ver também Israel, 1979).

A Revolução Industrial foi possível, ao menos em parte, devido ao progresso tecnológico. A máquina a vapor representa algo como a "parreira técnica" da Revolução Industrial.

✓ A tecnologia capacitou as sociedades ocidentais para o enfrentamento de novos problemas de uma maneira prática e para resolvê-los também empiricamente. Desse modo, a tecnologia é que se tornava meio para a aplicação da ciências aos problemas cotidianos e inclusive permitia uma compreensão nova de problemas velhos. Frente à tradicional visão aristotélica, o conhecimento técnico começou a ser considerado como superior a própria razão.

A tecnologia não consistia em um simples canal pragmático da ciência, senão que representava um novo enfoque metodológico da eterna tarefa de resolver os problemas humanos. Foi precisamente esta nova metodologia que fez possível que os estudos sociais adquirissem aquela consistência formal que os fazia candidatos ao grau de científicos, ao menos na acepção positivista em voga. Certamente, as ciências sociais adquiriram ferramentas de trabalho que lhes permitiu enfrentar com alguma confiança (ainda que um tanto ingênua) questões sociais tanto antigas quanto novas. Aquelas que, até então, haviam sido ramos peculiares da grande árvore da filosofia, começaram a atuar com uma crescente independência e a reclamar uma autonomia que prometia frutos maravilhosos. Seja lá o que foram estas pretensões e seus resultados finais, o certo é que uma nova metodologia, requerida e promovida pelos avanços tecnológicos, permitiu aos cientistas sociais formular importantes perguntas antropológicas a níveis diferentes do meramente filosófico.

Possivelmente, se poderiam assinalar outros antecedentes históricos das ciências sociais para além dos quatro que indicados. Porém, estes quatro fatos – a nova consciência sobre a diversidade humana, a concepção secularizada do homem, a revolução industrial capitalista e um novo enfoque metodológico – constituem os fatores cruciais para a aparição da moderna ciência social e, desta forma da psicologia social. Não que estes quatro fatos constituam quatro causas distintas por si mesmas: trata-se de sua conjunção em um momento histórico dado (a segunda metade do século XIX) o que, junto com outros fatores, fez possível o surgimento da ciências sociais em sua acepção atual.

Não é arriscado situar as origens da moderna psicologia social ao final do século XIX. De fato, os primeiros livros com o título de *Psicologia Social* aparecem em 1908. Seus autores, William McDougall e Edmund A. Ross, são dois acadêmicos norte-americanos que mostram o já embrião a possibilidade de dar ênfase ao psicológico (McDougall) ou ao social (Ross). Em boa medida, o texto de McDougall seria considerado hoje como um texto de psicologia geral mais do que de psicologia social. McDougall mantém que todos os homens nascem com as mesmas tendências inatas ou instintos, e que é tarefa da psicologia social analisar como a sociedade "moraliza" o indivíduo, quer dizer, como configura as tendências egoístas

1  
Surgimento  
do EFSO al  
separação co' hia  
indivíduos  
Sociedade  
Surgimento  
G.I.N.A.M.  
Sociedade  
Moderna

1908  
1908  
1908

da pessoa em tendências socializadas. Por sua vez, Ross afirma que a psicologia social deve estudar a interação entre os seres humanos, principalmente os processos através dos quais os seres influenciam uns aos outros, para diferenciar entre as influências racionais e construtivas e as influências irracionais e socialmente desintegradoras. Daí que Ross, com um prejuízo muito comum aos sociólogos de seu tempo, se mostre inimigo – ao menos teórico – da vida urbana, na qual os indivíduos se veriam afetados por todo tipo de influências massificadoras e irracionais.

A fim de abarcar significativamente a evolução da psicologia social contemporânea, podemos sintetizar sua história em três períodos correspondentes a três perguntas ou perspectivas fundamentais: 1) o que nos mantém unidos à ordem social estabelecida?; 2) o que nos integra à ordem estabelecida?; e 3) o que nos liberta da desordem estabelecida? Evidentemente, não se trata de três períodos sucessivos, senão de três enfoques fundamentais que tomam corpo em um momento e em circunstâncias históricas determinadas, porém que permanecem junto aos outros como alternativa acadêmica.

Ps social: 3 enfoques

até aqui grupo 10

### (1) Primeiro período.

O primeiro período corresponde a pergunta primordial nas ciências sociais acerca do que é que nos mantém unidos em uma sociedade e, mais especificamente, em uma determinada ordem social. Como pergunta para a moderna psicologia social, surge na Europa frente à profunda crise social desencadeada pelo processo de industrialização capitalista. É uma pergunta de tipo funcional, que se coloca desde uma perspectiva filosófica, e que exige ser respondida como parte de uma visão antropológica global.

início grupo 05

Em geral, a resposta vai consistir em alguma variante sobre o tema central da "mente de grupo": de uma outra forma, todos os membros de uma mesma sociedade participam de algo comum, algo que não é material senão espiritual, e que nos mantém unidos para além das diferenças e interesses individuais.

Este tipo de resposta se encontra já em Wilhelm Wundt, a quem a psicologia experimental reconhece como fundador e cujas muitas inquietações intelectuais levaram a escrever uma volumosa "psicologia dos povos".

Para Wundt (1904/1926), a psicologia dos povos consiste naqueles produtos mentais criados por uma comunidade humana, que não podem ser reduzidos a consciência individual, senão que pressupõem a ação recíproca de muitos indivíduos. Esta ação recíproca é histórica e, por conseguinte, a psicologia dos povos tem uma gênese que em cada caso dependerá de condições particulares. Seriam estes produtos da interação coletiva os que vão dando caráter a um povo e mantém a seus membros vinculados entre si.

Wundt  
ps dos povos

A resposta que dá Emile Durkheim (1885/1964) é bastante similar: uma sociedade mantém sua unidade devido à existência de uma consciência coletiva. A consciência coletiva consiste em um saber normativo, comum aos membros de uma sociedade e irreduzível a consciência dos indivíduos. Já que constitui um fato social. Como tal, não só é um fenômeno coletivo, senão que transcende aos indivíduos aos que se impõe desde fora como uma força coercitiva.

Enquanto Durkheim se esforça por deixar claro o caráter social da consciência coletiva, Max Weber (1904/1969, 1925/1964) sublinha sua natureza psicológica. Para Weber, os interesses objetivos de um grupo social atuam nos indivíduos mediante a ideologia que traduz esses interesses em valores e objetivos existenciais. O caso clássico e bem conhecido é o da ética protestante, que serve para operacionalizar a dinâmica do incipiente capitalismo europeu, fazendo dos interesses burgueses princípios religiosos de salvação individual.

Na mesma linha de pensamento cabe situar a visão psicanalítica. Segundo Freud (1921/1972), o que mantém unidos os membros de uma mesma sociedade ou grupo são os laços afetivos que os vinculam ao mesmo dirigente ou líder em um processo de identificação coletiva. Na mesma medida em que o objeto da identificação de todos indivíduos é um mesmo, há entre eles uma comunidade de laços afetivos que os mantém unidos. Daí, a importância que a psicanálise concede à direção política como ponto essencial no qual repousa a solidez das estruturas sociais.

Em conjunto, essa linha de pensamento psicossocial pressupõe o dado da sociedade como um todo comum e unitário, a qual a evolução dos processos históricos parece pôr em perigo. O problema fundamental consiste então em compatibilizar as necessidades do indivíduo com as necessidades do todo social e, para tal, examinar os vínculos entre a estrutura social e a estrutura da personalidade. Este tipo de enfoque perdurará até nossos dias na maioria dos estudos sobre a cultura e a personalidade que postulam uma "personalidade de base" (Kardiner, 1939/1955; Dufrenne, 1959), um "caráter social" (Fromm, 1966) ou outra estrutura comum aos membros de uma sociedade, como a "motivação de sucesso" (McClelland, 1964).

3º período: convivência social impõe-se sobre o indivíduo.

## (2) Segundo período.

O segundo período da história contemporânea da psicologia social surge com a americanização da psicologia e, em geral, das ciências sociais, cujo centros de direção passam da Europa aos EUA. Este segundo período pode ser enquadrado dentro da pergunta sobre o que integra as pessoas à ordem social estabelecida e representa uma sutil transformação da pergunta do primeiro período, levada ao terreno das conveniências pragmáticas dos grupos sociais no poder.

Se o primeiro período da psicologia social requeria pressupor como real a unidade da sociedade como um todo homogêneo, este segundo período dá um passo além e assume a inquestionabilidade da ordem social sob a qual o todo social se encontra. A pergunta funcional primeira, de o que é que mantém unidos os membros de uma sociedade, se transforma em uma pergunta sobre o que se deve fazer para que qualquer indivíduo ou grupo se integre harmoniosamente à ordem social dada. Não se trata, portanto, de examinar que função possa cumprir determinado indivíduo ou determinado grupo no interior de uma sociedade dada; se trata de ver quais são as necessidades da ordem social estabelecida, quais os requisitos para sua sobrevivência, a fim de ajudar os indivíduos e grupos a satisfazer essas necessidades e requisitos, adaptando-se às formas existentes de vida.

Sem dúvida alguma, esta reorientação da psicologia social corresponde de forma estreita à sua americanização. O fato de que os dois primeiros textos com o título de "psicologia social" foram elaborados por acadêmicos norte-americanos (ainda que McDougall fosse de origem inglesa) é um índice de que já desde o começo do presente século os EUA começam a tomar sua direção, até o ponto em que o que hoje se diz conhecer como psicologia social constitui quase em sua totalidade um produto tipicamente norte-americano.

Ao começo do século, os Estados Unidos enfrentavam dois grandes problemas sociais; por um lado, a integração de muitos, e muito diversos, grupos de imigrantes; e por outro lado, as crescentes exigências do capitalismo industrial e as pressões que essas exigências impunham à vida social e comunitária.

A avalanche de grupos com línguas, crenças, tradições e formas de vida muito diferentes colocava problemas imensos à convivência norte-americana, no sentido de conquistar um esquema comum ou

suficientemente flexível como forma para poder assimilar valores e modalidades humanas muito diferentes, porém suficientemente unitários para que a divisão não impeça o progresso social. Os norte-americanos gostam de pensar que sua sociedade foi e segue sendo "um caldo de culturas" (melting pot), ainda que hoje já não estejam tão seguros de que isto foi o ideal e de que no processo não tenham perdido uma grande riqueza de tradições e diversidade culturais. O fato é que, no momento da avalanche imigratória, a exigência imediata era de integrar os recém-chegados à ordem e sistema estabelecidos, de adaptá-los à cultura e estilo de vida dominante, quer dizer, o acultramento primeiro, a socialização depois. Assim, a psicologia social consistia em um eventual instrumento de grande valor, nesta tarefa integradora do indivíduo à ordem imperante.

Junto ao problema da integração de grupos novos à sociedade norte-americana, os EUA se encontravam também com o problema das exigências que o processo de acelerada industrialização impunha à vida social. Se as origens da industrialização contribuíram para a aparição da ciências sociais, nos Estados Unidos a aceleração e o volume deste processo colocou problemas muito críticos tanto aos indivíduos como às comunidades, o que obrigou às ciências sociais se afirmarem, dando respostas prontas e práticas. A busca do máximo benefício levava também a perseguir o máximo de eficiência, e a isto poderia contribuir eficazmente a psicologia social, tanto determinando os indivíduos mais adequados para as tarefas requeridas (processos de seleção) como ajudando os indivíduos a se adaptarem às exigências e condições destas tarefas (processos de formação, mediação de conflitos, "relações humanas").

Estas necessidades sociais dos Estados Unidos determinam muito essencialmente o particular enfoque e desenvolvimento da psicologia social durante seu segundo período. Desaparece, inclusive por opção consciente, qualquer resíduo de justificação ou preocupação filosófica, tão típica da psicologia européia, e se busca preponderantemente oferecer respostas práticas aos problemas concretos colocados pela estrutura social dominante. A teoria é em boa parte legada ao âmbito da metafísica, que passa a ser um termo desprezado no meio dos psicólogos. O produto prototípico desta concepção pragmática na psicologia (ainda que todavia não especificamente na psicologia social) constitui a obra de John B. Watson (1925/1972). Watson defendia que, para que a psicologia chegue ao nível científico, deve se despojar de todo o lastro filosófico e metafísico e adotar com rigor os métodos das ciências físico-químicas. Com efeito, esta redução metodológica traz como consequência uma drástica redução do objeto da psicologia, deste modo limitada a estudar a "conduta", entendida única e exclusivamente como as respostas ou movimentos externamente observáveis de um organismo. Watson não nega a existência da subjetividade e da integridade das pessoas, as intenções visadas ou o sentido posto aos atos; porém, opta por ignorar todos estes aspectos como algo individual e, portanto, inútil para a ciência como tal.

Floyd Allport (1924) se encarrega de transportar à psicologia social o enfoque condutivista propalado por Watson. Allport, que muitos consideram o pai da moderna psicologia social experimental, coloca com toda clareza que seu trabalho se fundamenta no enfoque condutivista e no método experimental, o que o leva a reduzir a psicologia social a uma psicologia individual: "Não há psicologia dos grupos que não seja essencial e completamente uma psicologia dos indivíduos" (1924, p. 4) e, por conseguinte, "a consciência e a conduta coletivas são simplesmente a soma dos estados e reações dos indivíduos" (p. 6). Segundo Allport, a única diferença entre a psicologia social e uma psicologia estritamente individual consiste em que aquela estuda a conduta dos indivíduos enquanto estimulada por outros indivíduos. A diferença, portanto, não está na natureza da conduta ou resposta mesma, senão no tipo de estímulo.

*influência  
de Watson na  
CPJ dos EUA.*

Com Allport aparece já com toda clareza o caráter da psicologia social norte-americana: a pretensão científica conduz a um reducionismo radical, no qual o que é eliminado é precisamente o social enquanto tal, ao mesmo tempo em que a busca de respostas pragmáticas aos problemas da sociedade ianque a leva a concentrar-se em fenômenos micro-sociais ou situações individuais, prescindindo do contexto social mais amplo. O resultado é uma psicologia social positivista, inconsciente, quando não ignorante, de seus próprios pressupostos, cega ao caráter histórico dos processos humanos e, por conseguinte, com tendência a elevar, ao grau de universal, elementos ou processos circunstanciais, ou traços próprios de certos meios especificamente norte-americanos. Em boa medida, a projeção da psicologia social que Skinner consolida em seu "Walden II" (1976), onde descreve o que, segundo os pressupostos condutivistas, seria uma sociedade utópica, reflete de forma caricatural o mecanismo e a ideologização que impregna a maior parte do trabalho psicossocial deste período.

A Segunda Guerra Mundial oferece a oportunidade para que esta psicologia social de corte norte-americano desenvolva todas as suas potencialidades, tanto para o bem quanto para o mal. Como amostra deste desenvolvimento vinculado às necessidades e exigências da guerra mundial, três áreas parecem particularmente significativas: o estudo dos fenômenos grupais, sobretudo no que concerne às relações do indivíduo com os pequenos grupos e as relações inter-individuais no interior dos pequenos grupos; a análise dos processos de formação e mudança de atitudes; e o estudo da personalidade enquanto reflexo e móvel, ao mesmo tempo, do caráter de uma sociedade.

O estudo dos grupos era particularmente atrativo para os norte-americanos precisamente por seu interesse na integração de diversos grupos étnicos em uma só e mesma sociedade. A guerra colocava problemas muito particulares sobre a integração dos indivíduos nas unidades militares e as conseqüências que as relações no interior desses grupos militares tinham em sua ação e eficiência. Esta mesma pergunta sobre integração grupal e eficiência já haviam formulado repetidas vezes na área industrial, de modo que havia uma convergência de interesses que potencializou o estudo dos primeiros grupos.

Desde uma perspectiva psicanalítica, J. L. Moreno (1962) já colocava em 1934 os fundamentos teóricos da "sociometria", com a qual tratava de trazer à luz a complexidade de estruturas informais de ordem afetiva escondidas sob a aparente unidade de um grupo social; por sua vez, Muzafer Sherif (1936) mostrava experimentalmente a origem daquelas mesmas normas sociais que, como Durkheim havia indicado, o indivíduo experimenta posteriormente como externas e obrigatórias.

Contudo, foi o particular gênio e liderança de um alemão migrado aos EUA, Kurt Lewin, quem deu o nome e identidade definitiva ao o estudo dos grupos, orientando a atenção dos investigadores às forças que configuram a estrutura e caráter de um grupo de maneira similar a como os físicos haviam dirigido a atenção às forças que configuram a estrutura e caráter da matéria (ver Lippit, 1969; Deutsch e Krauss, 1970). Desde 1945, Lewin dirigiu um programa de investigação sobre a dinâmica dos pequenos grupos que teve uma grande importância teórica e empírica. Lewin não somente desenvolveu um rico arsenal de conceitos, princípios e dados empíricos, senão que conseguiu gerar um notável entusiasmo entre seus discípulos, que continuaram seu trabalho e prolongaram sua visão até o presente.

De forma paralela e desde uma perspectiva mais sociológica, uma equipe de investigadores encabeçados por S. Stouffer (Stouffer e outros, 1949) e estudava os problemas do indivíduo no interior do exército, sua adaptação e eficiência, suas motivações e frustrações. Destas investigações seminais, Merton e Rossi (1968) elaborariam uma teoria sobre os grupos de referência, como marco de normas e valores que o indivíduo utiliza para orientar seu comportamento e a evolução de suas atitudes sociais.

*Por que o estudo dos grupos da part. IV sob E.U.A.*

*Artículo em si só sobre grupos*



Os modelos e dados acerca dos grupos começaram a se tornar abundantes (ver Cartwright e Zander, 1971; Shaw, 1980). Porém, toda a área da dinâmica de grupos colocava de manifesto duas gravíssimas limitações que condicionaram negativamente o seu desenvolvimento. Por um lado, o paralelo com as ciências físico-químicas, tanto desde o ponto de vista teórico como desde o ponto de vista metodológico, levando à redução factual do estudo dos grupos ao estudo dos grupos pequenos, na maioria das vezes com o pressuposto implícito de que, com pequenas variações, os grupos grandes eram uma ampliação dos grupos pequenos e as macro-estruturas sociais reproduziam em grande escala as micro-estruturas grupais. Por outro lado, ter adotado desde o princípio (ainda que não necessariamente de uma forma consciente) a perspectiva do poder estabelecido social, industrial ou militar, levou a conceber a dinâmica de grupos como as forças e processos que poderiam levar os indivíduos a mudar os grupos ou a alguns grupos modificarem outros. Se tratava de uma perspectiva de adaptação individual e o pressuposto era que, em caso de conflito, a modificação correspondia ao indivíduo e não ao grupo.

Estas duas sérias limitações se tornaram crise precisamente nos momentos em que a chamada "dinâmica de grupos" alcançou o seu máximo de influência social, quer dizer, durante os anos 1970. Por todas as partes surgiram, nos Estados Unidos e em outros países europeus, uma multiplicidade de grupos que tratavam de aplicar os métodos e recomendações da dinâmica de grupos, buscando a compreensão inter-pessoal mediante a criação de um ambiente supostamente permissivo e a riqueza na comunicação. Contudo, nem este tipo de grupos eram aceitáveis para a grande maioria das organizações sociais norte-americanas, sobretudo as mais importantes (industriais, estatais, militares ou educativas), nem os problemas de fundo melhoravam, apesar dos esforços individuais por mostrar compreensão e aceitação incondicional aos demais. Assim, apesar da psicologia social centrar seus esforços em desenvolver as potencialidades do indivíduo e a comunicação inter-pessoal, socialmente seguiam aumentando as diferenças inter-grupais, a falta de comunicação e os controles totalitários sobre as diversas comunidades.

Uma segunda área de estudo impulsionada pelas necessidades e problemas colocados pela Segunda Guerra Mundial foi a da mudança de atitudes. Já em 1918, dois autores norte-americanos, W. I. Thomas e F. Znaniecki (1918-1920), haviam indicado que a psicologia social deveria consistir no estudo das atitudes. As atitudes, entendidas como predisposições adquiridas para agir de determinada maneira diante de determinado objeto, constituíam uma unidade de análise que parecia satisfazer a tendência norte-americana de enfatizar os fatores ambientais e de aprendizagem no comportamento das pessoas, sem ignorar os fatores genéticos. O fracasso da propaganda norte-americana em conseguir que os alemães mudassem no mínimo suas atitudes, pôs em crise o conhecimento que se tinha a respeito e colocou a questão de se as atitudes não estariam mais profundamente arraigadas nas pessoas e grupos do que se havia acreditado até então.

Um grupo de psicólogos sociais, sob direção de Carl Hovland (ver Hovland e outros, 1953, 1960), iniciou um amplo projeto de investigação sobre a mudança de atitudes, desde uma perspectiva que pretendia empregar os princípios da teoria da forma (Gestalt) com os princípios de aprendizagem, sobretudo como haviam sido propostos por Hull (1943). Desde então e até meados dos anos 1960, a área das atitudes floresceu como um dos pilares básicos da psicologia social, multiplicando-se os modelos e acumulando-se os dados empíricos. Todavia, não somente faltou quem alcançasse uma visão sintética, senão que o estudo das atitudes também foi mostrando sérias deficiências. O problema mais insistentemente assinalado pelos psicólogos ao modelo das atitudes é sua limitação com respeito à previsão do comportamento específico. Porém, provavelmente, um problema mais grave foi sua tendência a ignorar a vinculação entre as estruturas

2 limitações  
destes estudos  
sobre  
grupos  
↓  
F. Znaniecki  
W. I. Thomas  
abordar a  
psicologia social  
e permissivos  
+ a área

estudo sobre  
as atitudes

limitações

personais (conceitualizadas como atitudes ou de outro modo) e os determinismos macro-sociais, sobretudo através do poder social. Assim, o estudo das atitudes teve por princípio, em boa medida, a análise ideologizada da ideologia de algum grupo particular

Uma terceira área impulsionada pelos problemas da guerra foi a do condicionamento social da pessoa humana assim como a influência das pessoas no sistema social. A preocupação surgia do fato de que um dos povos mais cultos, como o povo alemão, tenha sido capaz de cometer ou participar das atrocidades a que o havia conduzido o regime nazista. Como era possível que o nazismo tivesse florescido de tal maneira na pátria de Goethe e de Beethoven? A pergunta seguinte se centrava na inquietação de se um processo similar não estaria se incubando em outros países, aparentemente cultos e democráticos, como os EUA.

A pergunta, desde a perspectiva particular da Escola de Frankfurt, e impulsionada principalmente por cientistas sociais de origem judia emigrados aos EUA, conduziu a numerosas visões psicossociais. Sem dúvida alguma, a mais conhecida e influente é exposta por T. W. Adorno e seus colaboradores no que, de maneira pouco afortunada, se chama o modelo da "personalidade autoritária" (Adorno e outros, 1965). Esta visão representava uma modalidade interessante de freudo-marxismo e que, por conseguinte, colocava o problema das relações entre a estrutura social e personalidade. Contudo, o enfoque enfatizava excessivamente os aspectos psicológicos do problema, levando quase à conclusão de que a transição entre regimes políticos poderia ser entendida com categorias psicológicas

*limitação da escola de Frankfurt*

O segundo período na história da moderna psicologia social foi aquele de maior vigor e entusiasmo. Porém, ao se realizar um balanço, pode-se verificar que os erros originais de enfoque, implícitos na pergunta com a qual qualificamos este período, pesavam tanto ou mais do que as conquistas sem dúvida alcançadas. Neste sentido, o segundo período apresenta três constantes, vinculadas precisamente à norteamericanização da psicologia social: o individualismo, o psicologismo e a perspectiva do poder estabelecido. Em seu segundo período, a psicologia social não somente se inclinou definitivamente na direção da sócio-psicologia, senão que optou por uma visão individualista, segundo a qual a realidade deve ser estudada tomando o indivíduo como unidade de análise e como princípio epistemológico. Em outros termos, o social deve ser visto e entendido desde o individual. Assim, boa parte da psicologia social tangenciou continuamente o psicologismo, no qual mais de um autor e um modelo caíram plenamente. Este psicologismo desembocou nos últimos anos a um subjetivismo radical, cuja semente já estava plantada tanto na direção adotada pela dinâmica de grupos como na conceitualização das atitudes. Tudo isto ressalta ainda mais a terceira constante deste período, quer dizer, a visão desde o poder: o pressuposto implícito é que a sociedade constitui um dado prévio, um ponto de partida e, como tal, não deve ser questionada. É o indivíduo que deve se adaptar a estrutura social, militar ou industrial, e não é a estrutura que deve mudar. Lamentavelmente, esta perspectiva permeou a maior parte do trabalho dos psicólogos sociais, fazendo deles instrumentos ao serviço das necessidades do poder estabelecido, ajudando a modificar ao indivíduo, a conter sua rebeldia e protestos, fortalecendo assim a estrutura do sistema social capitalista, fundamentado na desigualdade e na exploração. \* *psicometria → adaptar os ds aos interesses e escolas*

### (3) Terceiro período.

No últimos anos, um desencanto crescente começou a invadir numerosos psicólogos sociais sobre as conquistas obtidas por este ramo da ciência social, desencanto que inclusive levou alguns poucos a um claro ceticismo sobre suas possibilidades reais. A crise explodiu como o corolário da derrota militar e política

da visão social norte-americana na Guerra do Vietnã. A derrota serviu para desmascarar a submissão do que-fazer das ciências sociais à perspectiva e necessidades do poder estabelecido, sua aparência de assepsia científica (como se a ciência pudesse ser alheia aos conflitos históricos e evitar optar por uns ou outros valores) e de pragmatismo (como se a ciência fosse mais valiosa quanto mais se afastasse da teoria e se aproximasse dos problemas imediatos).

Ao questionar-se o poder estabelecido e a submissão das ciências sociais aos ditames e interesses desse poder, se abre uma nova perspectiva sintetizada na pergunta com a qual demarcamos este período:

o que nos liberta da desordem estabelecida? A mudança é radical em vários aspectos. Antes de mais nada, o marco social é tomado como um dado, porém, precisamente é um dado criticável na sua faticidade e em sua negação de possibilidades sociais distintas (ver Marcuse, 1969). Por conseguinte, ainda que a ordem social seja um necessário marco de referência, não é por ele mesmo um critério normativo com respeito às pessoas e grupos. Daí que, se é importante saber o que integra as pessoas à ordem social estabelecida, mais importante é saber como as pessoas podem mudar esta ordem, libertar-se de suas exigências e imposições e construir uma ordem social diferente, mais justa e humana.

O novo enfoque não se separa totalmente dos dois anteriores e nem sequer chega a constituir-se em corrente central da psicologia social. Contudo, a crítica permeia praticamente todos os âmbitos e explorados e os aportes mais originais provêm precisamente dessas iniciativas críticas. Podemos assinalar três dessas revisões, que abrem importantes perspectivas novas à investigação: a visão da realidade social como construção, o enfoque conflitivo da ordem social e o papel político da psicologia social.

A concepção da realidade social como uma construção histórica, mais que como um marco estrutural já dado, tem sido muito mais própria dos enfoques de orientação marxista do que daqueles de orientação funcionalista. Não é portanto de se estranhar que a visão histórica da sociedade tenha permanecido notoriamente ausente do âmbito da psicologia social, fundamentalmente desenvolvida nos EUA. Inclusive estudos como o de Sherif (1936), que apontavam o caráter dinâmico dos grupos sociais com respeito à ordem social, constituíam a exceção à visão imperante de caráter reativo e adaptacionista.

A influência de uma série de autores europeus, muitos deles emigrados aos EUA por causa da guerra mundial, prepara o terreno para a crítica a esta visão imperante. O marxismo e a fenomenologia são as duas correntes cuja influência se sente com mais clareza, ainda que os sociólogos tendam a abrir-se mais à primeira e os psicólogos à segunda. Concretamente, os psicólogos sociais se viram estimulados por uma obra sobre sociologia do conhecimento, escrita em colaboração por um sociólogo americano, Peter Berger, e um sociólogo alemão, Thomas Luckmann. Berger e Luckmann (1968) consideravam a sociedade em sua dupla vertente de realidade objetiva e de realidade subjetiva, de conjunto de papéis e de atitudes interiorizadas, de organização normativa e de contexto para a identidade pessoal. Os indivíduos são certamente produtos de sua sociedade, porém a sociedade, cada sociedade concreta, é produto do que-fazer de grupos de pessoas. A sociedade aparece assim em sua relatividade histórica, como produto de um processo humano e por conseguinte suscetível de transformação e mudança. A dialética da realidade social contém três momentos, que Berger e Luckmann sintetizam na tríplice afirmação de que a sociedade é um produto humano, a sociedade é uma realidade objetiva, e o homem é um produto social (1968, p. 84). Lamentavelmente, acrescentam Berger e Luckmann, a sociologia norte-americana – e, mais além, a psicologia social – têm tido a tendência de omitir o primeiro momento dialético da realidade social, incorrendo no que Marx chamou de reificação, quer dizer, a visão da realidade social com categorias coisificadas, apropriadas somente para o mundo da natureza.

Impacto da  
teoria da ECA  
na visão  
e da base

3 carret.  
data  
para o texto

Esta visão da sociologia do conhecimento tem sido resgatada, ainda que só parcialmente, no enfoque conhecido como termo de "etnometodologia" (Turner, 1974). A etnometodologia sustenta, como ponto central, que os indivíduos aprendem a construir a estrutura social de valores e normas através da atividade cotidiana (ver Garfinkel, 1967) Neste sentido, a etnometodologia supõe que a realidade social está sendo continuamente gerada pela atividade das pessoas e, por conseguinte, que os valores sociais mais importantes são aqueles subjacentes ao sentido comum, às práticas rotineiras, cotidianas. De maneira parecida, Goffman (1971) trata de compreender a realidade social em termos teatrais, na qual as pessoas atuam, desempenhando papéis que definem essa realidade.

O acerto da etnometodologia está na ênfase concedida ao indivíduo como sujeito ativo na produção da sociedade. Sua debilidade se encontra na tendência subjetiva que tendem a seguir estes estudos, segundo a qual a realidade é, em última instância, uma questão de perspectiva. Esta subjetivação é perceptível em áreas tão em moda como os estudos de atribuição (Jones e Davis, 1965). O mesmo interacionismo simbólico, corrente herdeira da visão de G. H. Mead (1972), vem tendendo a adotar uma postura subjetivista. No fundo, reside o desencanto ideológico frente à incapacidade por mudar a realidade social mediante a ação social (espírito kennediano próprio da década de 1960) e, daí, a tendência a mudar ao indivíduo e sua própria visão da realidade

Apesar de sua subjetivação, a concepção da realidade social como construção serve para dissipar a ilusão de seu caráter absoluto, sua reificação; mesmo assim, serve para desfazer o engano da unidade social, como se as forças sociais funcionassem uniformemente para todos os setores, os interesses fossem os mesmos para todos os grupos, e as mesmas normas e valores regessem o comportamento de todas as pessoas. A realidade social é una e múltipla, e existem contradições e diferenças que não podem simplesmente serem assimiladas a uma estrutura uniforme e unitária.

Uma segunda perspectiva crítica que aparece neste terceiro período da psicologia social questiona a concepção da realidade social como uma unidade harmoniosa, no interior da qual os grupos de indivíduos se adaptam ou não. Pelo contrário, a realidade social começa a ser vista como o produto de uma confrontação de forças sociais e a ordem social imperante como o resultado da imposição de algumas forças sobre outras. A sociedade não abriga uma população simplesmente distribuída no decorrer de um contínuo de características, senão que a sociedade se compõe de grupos em enfrentamento, dentre si, a partir de interesses contrários.

A visão conflitiva da sociedade é também uma visão preponderantemente marxista, e são uma vez mais autores europeus os que tratam de abrir campo a ela no âmbito da psicologia social. Porém, neste caso não se trata de autores que emigram aos EUA, mas de autores que têm que enfrentar os problemas de suas próprias sociedades europeias. Uma longa experiência histórica, e ainda a simples evidência da realidade conflitiva em que vivem, os faz sentir com mais agudeza as limitações, teóricas e práticas, de uma psicologia social baseada na concepção de sociedade como um todo harmonioso. Esta mesma consciência os leva a afirmar a parcialidade da análise da vida intra-grupal enquanto não se analisar e conhecer melhor a vida inter-grupal. O ponto central não consiste já em examinar o indivíduo no interior do grupo, quanto em examinar as relações entre grupos e as relações entre pessoas não como simples indivíduos, senão como membros de grupos (Billig, 1976).

Uma das áreas onde esta visão conflitiva tem tido mais repercussão é a análise realizada pela "anti-psiquiatria", na qual confluíram influentes teóricos e experiências práticas bastante diversas. A psiquiatria tem sido um dos instrumentos tradicionais através dos quais a classe social dominante impõe seu poder e

mantém sua ordem social (Basaglia, 1972; Berlinguer, 1972). Daí que as instituições psiquiátricas tenham cumprido uma missão paralela ao cárcere e que inclusive sejam as mesmas instituições as que, através de seu poder exercido totalitariamente (Goffman, 1970), tenham gerado o mal que supostamente pretendiam eliminar.

Talvez tenham sido os autores do movimento anti-psiquiátrico os que melhor têm colocado de manifesto o caráter da psiquiatria e, em geral, das ciências psicológicas como instrumento ao serviço do poder estabelecido. Esse ponto constitui precisamente a terceira área crítica na qual se perfila o novo enfoque da psicologia social.

A psicologia social e, em geral, toda a psicologia, desejosa de adquirir estatuto científico e o reconhecimento acadêmico, tendeu a desprender-se demasiado radicalmente de suas raízes filosóficas, a submeter-se com excessiva estreitez às limitadas margens do método experimental, e a pretender uma assepsia científica que a situava por cima das preocupações e conflitos concretos da vida social, poupando ao psicólogo a dolorosa necessidade de ter que optar por uns ou outros valores.

A psicologia social se converteu assim em um ramo das ciências sociais na qual se multiplicaram indefinidamente os modelos de curto alcance, as teorizações referidas a casos específicos, porém nas quais se destaca a ausência de teorias ambiciosas que ofereçam visões globais da realidade psicossocial. Quanto mais dados empíricos são acumulados, mais se nota a carência de uma teoria que os englobe e dê sentido, até um extremo em que os autores cheguem a assumir como algo normal o fato de que nem sequer possam oferecer uma definição precisa de sua especialidade, e prefiram afirmar que a psicologia social é a ciência que estuda o que de fato estudam os psicólogos sociais. Por outro lado, ao se submeter aos requisitos estreitos do método experimental, entendido de maneira restrita, se fecha fortemente o campo de estudo e se escondem quase automaticamente as perguntas mais importantes que se podem colocar às pessoas e grupos. Como escreve um contundente crítico inglês, "sentimos que a psicologia social deveria explicar de algum modo nossa própria experiência, porém não o faz, e isto nos tem decepcionado" (Armistead, 1974, p. 7).

Todas estas limitações, teóricas, axiológicas e práticas, fizeram que a psicologia social se limitasse a estudar o que o sistema a pedia e como o sistema o pedia, reduzindo-se a um servilismo social incapaz de questionar a esse mesmo sistema tanto pelo âmbito em que se movia como pelos instrumentos que havia eleito. Estudava-se a submissão e o conformismo, não a independência e a rebeldia. Não é de estranhar, assim, que se tenha chegado a pensar que a psicologia social não é mais que uma forma de historicizar os processos sociais (Gergen, 1973), e isto desde a perspectiva do poder estabelecido.

Ao se questionar todo este enfoque genérico da psicologia social, se insiste por um lado na necessidade urgente de voltar a teorizar, e não só de elaborar modelos de curto alcance (Moscovici, 1972), assim como a submeter os métodos à teoria, e as técnicas aos problemas, não o contrário. Por outro lado, aparece a necessidade de que o psicólogo social, como outros cientistas sociais, tome consciência de seu enraizamento social e, por conseguinte, dos interesses históricos aos que, por opção ou por inconsciência, está servindo. O ideal não consiste em buscar a assepsia a todo custo, quanto em tratar de adequar seu próprio que-fazer científico aos valores pelos quais a pessoa opta em sua vida. Não se trata simplesmente de uma tarefa de decisão subjetiva, senão primeiro e fundamentalmente de uma tarefa objetiva, quer dizer, de que a ciência realize mediante suas próprias possibilidades aqueles valores pelos quais optou, independentemente da intenção subjetiva de cada cientista.

Apesar de que muitos psicólogos sociais seguem insistindo na necessidade de que a ciência permaneça alheia à opção axiológica, a crítica formulada tem desfeito a ilusão de assepsia científica. Quem sustenta sua negativa por optar conscientemente, sabe que serve de fato àqueles sob cujo poder operam, quer dizer, a classe dominante em cada sociedade, e isto não somente nas aplicações práticas de seu que-fazer, senão, mais fundamentalmente, na estruturação mesma de seu saber e operar científico.

O questionamento introduzido no terceiro período da história da psicologia social contemporânea muda não somente os pressupostos, senão o objeto mesmo ao que concretamente conflui a psicologia social. Ao não aceitar como um ponto de partida imutável a realidade social, o problema central já não se encontra tanto na relação entre indivíduo e sociedade, sua adaptação ou inadaptação, quanto na oposição de grupos que gera uma ordem social concreta em cujo interior os indivíduos atualizam interesses, perspectivas e situações sociais distintas e conflitivas. Esta perspectiva pode ainda incorrer em alguma forma de psicologismo individualista ou subjetivista, porém certamente tende a valorizar de maneira primordial as influências objetivas e as forças grupais. Finalmente, é possível que algum psicólogo social opte por se pôr ao serviço da ordem estabelecida, seja por interesse de classe, por convicção ou simplesmente por interesse pessoal. Contudo, a opção pela postura oposta se mantém aberta, e não somente a nível da intenção subjetiva e ou das aplicações práticas, senão também da configuração mesma do saber e fazer científico.

A classe  
na categoria  
p1 o q  
social

3º período: q social questionado na de ordem

### 3 OBJETIVO DA PSICOLOGIA SOCIAL

Ao definir o objetivo de uma atividade ou de um que-fazer, é necessário distinguir entre a finalidade buscada pelo sujeito e a finalidade objetivamente realizada ou possibilitada pela natureza específica da atividade ou o que-fazer em questão. A vontade e intenção do sujeito pode dar em muitos casos uma orientação definitiva a seu que-fazer; porém, é importante sublinhar que a natureza objetiva dos processos não é modificada à vontade e que, como se costuma dizer, "o inferno está cheio de boas intenções". Não fazer essa distinção entre a natureza objetiva de uma atividade e a intenção subjetiva do indivíduo que a realiza obscureceu grande parte das discussões sobre problemas éticos em psicologia, assim como o caráter eticamente aceitável ou reprovável do condutivismo.

distinção  
entre  
intenção  
subjetiva  
e  
natureza  
objetiva

De uma forma um tanto estereotipada, se afirma que o objetivo da psicologia consiste em "entender, prever e controlar" a conduta dos indivíduos. Consequentemente, o objetivo da psicologia social consistia em "entender, prever e controlar" a conduta enquanto social, seja esta entendida como interação ou enquanto resposta diante de estímulos sociais. Esta definição do objetivo da psicologia social pressupõe uma concepção de ciência e um conseqüente objeto de estudo da psicologia social sumamente problemáticos. Se trata, assim, de uma dificuldade objetiva, independentemente das boas ou más intenções do psicólogo social.

"Entender" supõe a definição operacional de como encontrar a causa de alguma conduta. Porém, a causalidade, enquanto determinação de algo a partir de algo, não pode ser entendida no mesmo sentido quando se trata dos fenômenos naturais e estudados pelas ciências físico-químicas, que quando se trata de processos humanos (Peters, 1960; Toulmin, 1969). Na prática, o esforço por limitar a compreensão psicológica de uma conduta à definição de sua causa (eficiente, no sentido aristotélico), obriga a eliminar a interioridade deste comportamento, quer dizer, a eventual intenção subjetiva da pessoa, assim como o significado particular que o comportamento possa ter em determinada situação para cada sujeito. De fato, essa visão do "entender" pode recair em uma descrição, mais ou menos precisa, da conduta assim como de

seus antecedentes e de suas conseqüências externamente observáveis. Isto pressupõe um empobrecimento inadmissível da realidade psicológica, que se vê limitada a considerar condutas sem importância, ou a considerar sem importância condutas (ações) importantes na vida humana.

Ao se colocar em questão a particular compreensão que se pode adquirir sobre a conduta, ao mesmo tempo entra em questão o sentido que se possa dar aos termos "prever" e "controlar". A previsão se basearia, precisamente, no conhecimento da causa de uma conduta, no pressuposto adicional de que, posta a causa, terá lugar a conduta. Porém, se essa causa encontrada é somente mais um antecedente, já que se ignora um elemento essencial na determinação da ação humana, como é o sentido e a intencionalidade, a previsão não passará de um exercício probabilístico, em muitos casos de valor muito questionável. Mais além, a previsão em certas ciências naturais pressupõe condições ideais para que um determinado fenômeno se produza. Porém, a precisão dessas condições ideais resulta pouco menos que impossível no caso dos fenômenos humanos e sociais, nos quais as variáveis são indefinidas. Daí a tendência de muitos psicólogos sociais a reduzir o campo de seu que-fazer a aspectos mínimos da conduta humana, aspectos nos quais se limitam ao máximo as variáveis em questão. Porém, ao se reduzir a aspectos mínimos da conduta, se reduzem em geral também a aspectos sem significado social ou sem importância.

O controle sobre a conduta depende de que se tenha sido capaz de entendê-la e prevê-la, e requer, além disso, a capacidade de influenciar no processo. Portanto, as dificuldades acumuladas na compreensão e previsão da conduta repercutem na possibilidade mesma de lograr seu controle. Ademais, o controle mesmo pressupõe a presença de novas variáveis, em geral imprevisíveis. Resulta então compreensível que de fato não se tenha conseguido mais controle real do que em condutas de laboratório ou em utopias intelectuais (Skinner, 1976). Finalmente, o termo "controle" é, no melhor dos casos, de uma deplorável ambigüidade, não alheia a uma forte carga de ideologia tecnocrata.

"Entender, prever e controlar" representam objetivo compreensível no marco de uma psicologia social cujo objeto seja uma interação abstrata dos determinismos macro-sociais e das concreções históricas, ou de uma psicologia social condutivista que trate a conduta como uma "coisa" objeto de estudo experimental. Porém esse não pode ser o objetivo se a psicologia social, como se expôs aqui, deve estudar a ação humana enquanto ideológica. E não pode ser precisamente como conseqüência do mesmo abismo conceitual que separa a ação da conduta, e a ação enquanto ideológica da interação. A inclusão das intencionalidades, significações e processos de consciência assim como das grandes variáveis históricas faz do entender um objetivo necessário, porém conscientemente aproximativo e parcial; a compreensão do ser humano como um sujeito histórico, que produz e se produz, faz da previsão um jogo enganoso; a necessária referência sobre a vinculação dos atores sociais aos grandes interesses de classe faz do controle um exercício de falsa consciência no melhor dos casos, quando não um instrumento de políticas de dominação social.

Tal como aqui se definiu, a psicologia social deve buscar como objetivo possibilitar a liberdade social e individual. Na medida em que o objeto de estudo constitui a ação enquanto ideológica quer dizer, enquanto determinada por fatores sociais vinculados aos interesses de classe dos diferentes grupos, se pretende que o sujeito tome consciência dessas determinações e possa assumi-los (aceitando-os ou os rejeitando) mediante uma praxis consequente. Exercer a liberdade vai constituir assim, em muitos casos, um verdadeiro processo de libertação social. Por isso se apresenta como objetivo fazer possível a liberdade, já que exercê-la é por princípio uma praxis social na qual não somente intervêm o conhecimento.

AGP das  
Psicologias

Objeto de estudo: a  
ação  
em que se  
desdobram

Porém, é exatamente isto que mostra a distinta compreensão que desde esta perspectiva adquire o "entender" ou o "prever" (Não se trata de antecipar mecanicamente o futuro) se trata de pôr à disposição dos atores sociais os conhecimentos que os permitam proceder mais adequadamente em cada circunstância, em função de certos valores e princípios sociais (Quanto melhor é o conhecimento, com mais clareza se abre ao sujeito o âmbito para sua decisão e ação consciente) quer dizer, mais campo se apresenta à sua verdadeira liberdade social.

Este último ponto já está indicando que um objetivo como este que aqui se postulou supõe uma ação axiológica e uma rejeição da pretensa assepsia científica. A psicologia social corresponde desmascarar os vínculos que ligam os atores sociais aos interesses de classe pôr de manifesto as mediações através das quais as necessidades de uma classe social concreta se convertem em imperativos interiorizados pelas pessoas (desarticular o emaranhado de forças objetivadas em uma ordem social que manipula os sujeitos mediante mecanismos de falsa consciência) A psicologia social como ciência, e não somente o psicólogo social como cientista, deve tomar uma postura diante desta realidade, pois pressupostos, princípios e conceitos estarão condicionados pelos interesses de classe que o psicólogo, como ator social que também é, assumirá em seu que-fazer. Se a ciências naturais são ou não são alheias aos valores é uma discussão que aqui não nos concerne; certamente, as ciências sociais não são alheias aos valores já que o próprio cientista social e seu que-fazer são parte de seu mesmo objeto de estudo Há uma inevitável imbricação de sujeito e objeto, sendo o sujeito por sua vez objeto e o objeto por sua vez sujeito. Por isso, a compreensão em ciências sociais têm um lugar desde o interior do processo social estudado e a opção se dá no próprio que-fazer científico independentemente de que se tome ou não consciência de que se dá esta opção.

A psicologia social que aqui é apresentada surge em uma situação muito concreta. A situação de El Salvador, nos momentos em que todo um povo luta organizadamente por libertar-se de uma opressão secular. Esta psicologia social toma partido por esse povo, por suas lutas e aspirações, e pretende ser um instrumento para que o povo possa tomar suas decisões com maior clareza, sem se deixar enganar o ilusões ou melindres de sua consciência tradicionalmente manipulada. Não se trata de indicar ao povo o que tem que-fazer ou não; se trata de incorporar o que-fazer científico a uma praxis social libertadora, que desmascara e destrua a manipulação, promovendo uma sociedade baseada na solidariedade e na justiça.

#### Bibliografia citada<sup>4</sup>

- ADORNO, Theodore; FRENKEL-BRUNSWIK, Else; LEVINSON, Daniel J.; SANFORD, R. Nevitt. *La personalidad autoritaria*. Buenos Aires: Proyección, 1965.
- ALLPORT, Floyd H. [*Psicología Social*]. Boston: Houghton Mifflin, 1924.
- ALLPORT, Gordon W. [El transfondo histórico de la moderna psicología social]. In: LINDZEY, G; ARONSON, E. (Comps.) [*Manual de psicología social*]. 2. ed. Reading: Addison-Wesley, 1968. (Vol I)
- ALTHUSSER, Louis. *La revolución teórica de Marx*. México: Siglo XXI, 1968.
- ARMISTEAD, Neil. [Introducción]. In: ARMISTEAD, N. (Comp.) [*Reconstruyendo la psicología social*]. Hamondsworth: Penguin, 1974.
- ARROYO LASA, Jesús. *Reflexiones sobre psicología social*. San Salvador: Departamento de Psicología, UCA, 1971.
- ARROYO LASA, Jesús. Dimensión psico-social del conflicto. In: Universidad Centroamericana "José Simeón Cañas". *Análisis de una experiencia nacional*. San Salvador: UCA, 1971.
- ASPLUND, J.; DREIER, O; MORCH, S. [*Psicología social e integración social*] Udkast, 1975.

<sup>4</sup> [N. do T: A bibliografia indicada refere-se exclusivamente àquela citada no presente capítulo. Os colchetes indicam que o título foi traduzido do idioma original para o espanhol na própria edição salvadorenha.]



- BANUAZIZI, Ali; MOVAHEDI, Siamak. [Dinámica interpersonal en una prisión ficticia. Un análisis metodológico]. In: *American Psychologist*, 1975, 30. 152-160
- BASAGLIA, Franco. *La institución negada. Informe de un hospital psiquiátrico*. Barcelona: Barral, 1972.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *La construcción social de la realidad*. Buenos Aires: Amorrortu, 1968.
- BERKOWITZ, Leonard. [Una panorámica de la psicología social]. Hinsdale, Ill.: The Dryden Press, 1975.
- BERLINGER, Giovanni. *Psiquiatría y poder*. Buenos Aires: Granica, 1972.
- BINET, Alfred. [El estudio experimental de la inteligencia]. París: Schleicher, 1903.
- BORDEN, Richard J. [Influencia del público.] In: PAULUS, P.B. (Comp.) [Psicología del influjo grupal.] Hillsdale, N.J.: Lawrence Erlbaum, 1980.
- BRAUNSTEIN, Néstor; PASTERNAK, Marcelo; BENEDITO, Gloria; SAAL, Frida. *Psicología: Ideología y ciencia*. México: Siglo XXI, 1975
- BROWN, Roger. *Psicología Social*. México: Siglo XXI, 1972.
- CARPIO, Salvador C. *Secuestro y capucha*. Ciudad Universitaria Rodrigo Facio: EDUCA, 1979.
- CARTWRIGHT, Dorwin; ZANDER, Alvin (Comps.). *Dinámica de grupos. Investigación y teoría*. México: Trillas, 1971.
- CASTELLS, Manuel. [La cuestión urbana] París: François Maspero, 1976.
- CASTILLA DEL PINO, Carlos. *Dialéctica de la persona, dialéctica de la situación*. Barcelona: Península, 1968.
- CHATEAU, Jean; GRATIOT-ALPHANDÉRY, H.; DRON, R. y CAZAYUS, P. *Las grandes psicologías modernas*. (Traducción de J. Llopis.) Barcelona: Herder, 1979.
- COLLINGWOOD, R. G. [La idea de historia.] London: Oxford University Press, 1956.
- COTTRELL, N. B. [Actuación en presencia de otros seres humanos: la mera presencia y los efectos del público y la afiliación.] En E. C. Simmel, R. A. Hoppe y G. A. Milton (Comps.), [Facilitación social y conducta imitativa.] Boston: Allyn & Bacon, 1968.
- DANZIGER, Kurt. [Los orígenes sociales de la psicología moderna.] En A. R. Buss (Comp.) [La psicología en el contexto social.] New York: Irvington, 1979.
- DELEULE, Didier. *La psicología, mito científico*. (Traducción de N. Pérez y R. García.) Barcelona: Anagrama, 1972.
- DEUTSCH, Morton y KRAUSS, Robert M. *Teorías en psicología social*. (Traducción de S. Zeigner.) Buenos Aires: Paidós, 1970.
- DUFRENNE, Mikel. *La personalidad básica. Un concepto sociológico*. (Traducción de J. García.) Buenos Aires: Paidós, 1959.
- DURKHEIM, Emile. *Las reglas del método sociológico*. Buenos Aires: Dédalo, 1964. (Originalmente publicada en 1895).
- FROMM, Erich. *El miedo a la libertad*. (Traducción de G. Germani.) Buenos Aires: Paidós, 1964. (Originalmente publicada en 1941).
- GARFINKEL, Harold. [Estudios de etnometodología.] Englewood Cliffs, N. J.: Prentice-Hall, 1967.
- GEEN, Russell G. [Efectos de ser observado mientras se actúa.] En Paul B. Paulus (Comp.). *Psicología del influjo grupal*. Hillsdale, J.J.: Lawrence Erlbaum, 1980.
- GEEN, Russell G. y GANGE, J. J. [La teoría pulsional de la facilitación social: doce años de teoría e investigación.] *Psychological Bulletin*, 1977, 84, 1267-1288.
- GERGEN, Kenneth J. [La psicología social como historia.] *Journal of Personality and Social Psychology*, 1973, 26, 309-320.
- GOFFMAN, Erving. *Internados. Ensayos sobre la situación social de los enfermos mentales*. (Traducción de M. A. Oyueka.) Buenos Aires: Amorrortu, 1970.
- GOFFMAN, Erving. *La presentación de la vida cotidiana*. (Traducción de H. B. Torres y F. Setaro.) Buenos Aires: Amorrortu, 1971.
- GUITON, M.; BETTELHEIM, Bruno y otros. *Psicología del torturador*. Buenos Aires: Rodolfo Alonso, 1973.
- HENCHY, T. y GLASS, D. C. [Aprensión evaluativa y facilitación social de las respuestas dominantes y subordinadas.] *Journal of Personality and Social Psychology*, 1968, 10, 446-454
- HERRERA MORÁN, Aida y MARTÍN-BARÓ, Ignacio. Ley y orden en la vida del mesón. *Estudios Centroamericanos*. 1978.
- HOLLAND, James G. [El conductismo, ¿ es parte del problema o parte de la solución?]. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 1978, 11, 163-174.
- HOFSTÄTTER, Peter R. *Introducción a la psicología social*. (Traducción de Versum). Barcelona: Luis Mirable, 1966.
- HOVLAND, Carl I.; JANIS, Irving L. Y KELLEY, Harold H. [Comunicación y persuasión]. New Haven: Yale University Press, 1953.
- HOVLAND, Carl y ROSENBERG, Milton (Comps.). [Organización y cambio de actitudes]. New Haven: Yale University Press, 1960.
- HULL, Clark L. [Los principios de la conducta]. New York: Appleton-Century-Crofts, 1943.

- ISRAEL, Joachim [Del nivel de aspiración a la disonancia (o las preocupaciones de la clase media).] En A. R. Buss (Comp.), [La psicología en el contexto social]. New York: Irvington, 1979
- JONES, Edward E. y DAVIS, Keith E. [De los actos a las disposiciones: el proceso de atribución en la percepción personal.] En Leonard Berkowitz (Comp.), [Avances en la psicología social experimental] Vol. 2 New York: Academic Press, 1965
- KARDINER, Abraham *El individuo y su sociedad* México: Fondo de Cultura Económica, 1945 (Originalmente publicada en 1939).
- DUFRENNE, Mikel. La personalidad básica. Un concepto sociológico. (Traducción de J. García) Buenos Aires: Paidós, 1959.
- LANA, Robert E. [Presupuestos de la psicología social] New York: Appleton-Century-Crofts, 1969.
- LERNER, Melvin J. y SIMMONS, Carolyn H. [Reacción del observador a la "víctima inocente": ¿compasión o rechazo?] *Journal of Personality and Social Psychology*, 1966, 4, 203-210.
- LEWIN, Kurt. [Fuerzas a la base de los hábitos alimenticios y métodos de cambio]. *Bulletin of the National Research Council*, 1943, 108, 35-65.
- LEWIN, Kurt. [La teoría del campo en ciencias sociales]. New York: Harper, 1951.
- LIPPIT, Ronald; KURT, Lewin. En D. L. Sills (Comp). [Enciclopedia internacional de las ciencias sociales]. Volume 9. New York: Macmillan & Free Press, 1968.
- LIUNGMAN, Carl G. *El mito de la inteligencia*. (Traducción de D. Person). Barcelona: Martínez Roca, 1972
- MARCUSE, Herbert. *El hombre unidimensional. Ensayo sobre la ideología de la sociedad industrial avanzada*. (Traducción de A. Elorza). Barcelona: Seix Barral, 1969.
- MARTÍN-BARÓ, Ignacio. [Actitudes sociales y conflicto grupal en El Salvador]. Tesis de maestría. Chicago: The University of Chicago, 1977.
- MARX, Karl y ENGELS, Frederick. *Manifiesto del Partido Comunista*. En K. Marx y F. Engels, Obras escogidas. Moscú: Progreso, 1969. (Originalmente publicada en 1848).
- MCCLELLAND, David C. *La sociedad ambiciosa. Factores psicológicos en el desarrollo económico*. 2 tomos. (Traducción de J. Cazorla). Madrid: Guadarrama, 1969.
- MEAD, George H. *Espíritu, persona y sociedad. Desde el punto de vista conductismo social* (Traducción de Florial Mazia). Buenos Aires: Paidós, 1972. (Originalmente publicada en 1932).
- MERTON, Robert K. y ROSSI, Alice S. [Contribuciones a la teoría sobre la conducta del grupo de referencia]. En R. K. Merton. [Teoría social y estructura social]. New York: Free Press, 1968.
- MORENO, Jacob L. *Fundamentos de la sociometría*. (Traducción de J. García y S. Karsz). Buenos Aires: Paidós, 1962.
- MOSCOVICI, Serge. [Sociedad y teoría en psicología social]. En J. Israel y H. Taifel (Comps.) [El contexto de la psicología social. Una evaluación crítica]. London: Academic Press, 1972.
- PARSONS, Talcott. *La estructura de la acción social*. 2 volúmenes. (Traducción de J. J. Castillo). Madrid: Guadarrama, 1968.
- PETERS, R. S. [El concepto de motivación]. London: Routledge & Kegan Paul, 1960.
- REICH, Wilhelm. *¿Qué es la conciencia de clase?* (Traducción de P. García). México: Roca, 1974.
- ROSENBERG, Morris y TURNER, Ralph H. (Comps.). [Psicología social. Perspectivas sociológicas] New York: Basic Books, 1981.
- SALVAT, Henri. *LA inteligencia. Mitos y realidades*. (Traducción de C. Vilagínés). Barcelona: Península, 1972.
- SÈVE, Lucien. *Marxismo y teoría de la personalidad*. (Traducción de M. A. Payró). Buenos Aires: Amorrortu, 1973.
- SHAW, Marvin E. *Dinámica de grupo. Psicología de la conducta de los pequeños grupos* (Traducción de I. Antich). Barcelona: Herder, 1980.
- SHERIF, Muzafer. [Psicología de las normas sociales]. New York: Harper, 1936.
- SKINNER, B. F. [Walden dos]. New York: Macmillan, 1976.
- SPENCER, Herbert. [Sobre la evolución social.] (Editado por J. D. Y. Peed). Chicago: The University of Chicago Press, 1972.
- STOUFFER, Samuel A. Y otros. [El soldado norteamericano]. Princeton: Princeton University Press, 1949.
- TOULMIN, Stephen. [Los conceptos y la explicación de la conducta humana]. En T. Mischel (Comp). [La acción humana. Problemas conceptuales y empíricos]. New York: Academic Press, 1969.
- TURNER, Roy (Comp.). [Etnometodología]. Harmondsworth, Middlesex: Penguin, 1974.
- VERÓN, Eliseo. *Conducta, estructura y comunicación*. Buenos Aires: Tiempo Contemporáneo, 1972.
- THOMAS, William I. y ZNANIECKI, Florian. [El campesino polaco en Europa y en América]. Boston: Badger, 1918-1920.
- WATSON, John B. *El conductismo*. (Traducción de O. Poli). Buenos Aires: Paidós, 1972. (Originalmente publicada en 1925).
- WEBER, Max. *La ética protestante y el espíritu del capitalismo*. (Traducción de L. Legaz). Barcelona: Península, 1969. (Originalmente publicada en 1904-1905).
- WEBER, Max. *Economía y sociedad*. (Traducción de J. Medina, J. Roura, E. García E. Imaz y J. Ferrater). 2 volúmenes. México: Fondo de Cultura Económica, 1964. (Originalmente publicada en 1925).

WEISS, R. F. y MILLER, F. G. [La teoría pulsional de la facilitación social] *Psychological Review*, 1971, 78, 44-57.

WUNDT, Wilhelm. *Elementos de psicología de los pueblos*. Madrid: Daniel Jorro, 1926. (Originalmente publicada en 1904).

ZAJONC, Robert B. Facilitación social. En Dorwin Cartwright y Alvin Zander (Comps). *Dinámica de grupos. Investigación y teoría*. (Traducción de Federico Patán López) México: Trillas, 1971.

ZAJONC, Robert B. [*Conducta social animal*]. Morristown, N. J.: General Learning Press, 1972

ZAJONC, Robert B. [La co-presencia]. En Paul B. Paulus (Comp.), [*Psicología del influjo grupal*]. Hillsdale, N.J.: Lawrence Erlbaum, 1980.

ZIMBARDO, Philip G.; HANEY, Craig; BANKS, W. Curtis y JAFFE, Dave. [La mente es un terrible carcelero: una prisión pirandelina]. *The New York Times Magazine*, 8 de abril de 1973, págs. 38-60.

